

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

NATANIEL BUNHA JOSÉ SANHÁ

As Estratégias de Desenvolvimento Socioeconômico da Guiné-Bissau (1973-2015)

Florianópolis, 2017

NATANIEL BUNHA JOSÉ SANHÁ

AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU (1973-2015)

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alves Valente

Florianópolis, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 8,0 ao aluno Nataniel Bunha José Sanhá na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Orientador

Prof. Dr. Hoyedo Nunes Lins

Prof. Dr. Fábio Padua

Resumo

Inicialmente, o trabalho apresenta um panorama histórico da situação sócio político e socioeconômico da Guiné-Bissau, depois, um debate conceitual entre os teóricos sobre a problemática do desenvolvimento socioeconômico. Logo, por um olhar histórico analítico do que realizou nas políticas econômicas implementadas no país ao longo da sua história. Em conclusão, constatou-se adoção das estratégias incoerentes com a estrutura socioeconômica do país. No caso concreto do processo da industrialização, foram realizados muitos investimentos para industrialização avançada do setor moderno sem estrutura básica para sua sustentabilidade. O resultado desse processo foi o completo fracasso do processo de industrialização e das estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico, Guiné-Bissau, Industrialização, Estratégias.

AGRADECIMENTO

Meus profundos e sinceros agradecimentos, reconhecidamente, à todos que colaboraram e me auxiliaram na materialização desse trabalho e do meu estudo, em geral, mesmo de forma direta e indireta.

Em especial, agradeço o Estado da Guiné-Bissau e do Brasil, pelo firmamento do acordo de convenio na área de educação, do qual foi fruto o Programa do Estudante Convênio de Graduação, PEC-G, que me proporcionou essa oportunidade de fazer a minha graduação.

Nosso problema não é de política econômica, mas sim, de economia política. Pois, pelos vistos, nunca faltou política econômica nas estratégias de desenvolvimento socioeconômico já testadas na Guiné-Bissau, porém, sempre falidos de economia política.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 01 – Mapa da Guiné-Bissau	07
Figura 02 – Gráfico da Evolução do IDH da Guiné-Bissau (2005-2015)	20
Figura 03 – Gráfico da Evolução de IDH e IIAG da Guiné-Bissau (2011-2014)	21
Figura 04 – Gráfico da Execução Comparativa das Receitas Orçamentais 2014/2015 (Janeiro à Março, em milhões Fcfa)	25
Figura 05 – Gráfico da Execução das Despesas Orçamentais (janeiro-março/2015, em milhões de FCFA)	27
Figura 06 – Gráfico da Evolução do PIB de 1974 – 1980	47
Figura 07 – Gráfico das Despesas do Estado (1980 - 1985 em pesos)	52
Figura 08 – Gráfico das Despesas e Receitas do Estado (1980 – 1985 em pesos)	52
Figura 09 – Gráfico da Evolução de Déficit Corrente do Estado (1980 – 1985)	55
Figura 10 – Gráfico da Evolução do PIB de 1982-1986 (em milhões de dólar)	59
Figura 11 – Gráfico da Evolução do PIB (2006 – 2014)	77
Figura 12 – Gráfico da Evolução das Dívidas Externa do Estado de 2006 à 2015 77.....	79
Figura 13 – Representação da Implementação do Plano Sol na Iardi	82
Figura 14 – Gráfico da Evolução e Projeção do PIB da Guiné-Bissau (1980-2020)	101
Figura 15 – Gráfico da Evolução e Projeção do PIB per cápita da Guiné-Bissau (1980-20 ..	101
Figura 16 – Gráfico da Evolução e Projeção da Inflação (1980-2020)	102

LISTA DOS QUADROS

Quadro 01 – População da Guiné-Bissau por Região (2013)	08
Quadro 02 – Comparação de IDH da Guiné-Bissau com Média Africana	16
Quadro 03 – Lista dos dez (10) países menos desenvolvidos PNUD (2014)	17
Quadro 04 – Indicadores da Pobreza	22
Quadro 05 – Percentagem dos Setores das Atividades no PIB em 2012	23
Quadro 06 – Alocação da População Guineense por Principais Ramos de Atividade	24
Quadro 07 – Execução dos Principais Saldos (janeiro.-março/2015, em milhões de FCFA)..	28
Quadro 08 – Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)	29
Quadro 09: Reembolso da Dívida Externa/2015 (em milhões de dólar)	30
Quadro 10: Comparação de Reembolso da Dívida Externa (2014/2015)	31
Quadro 11: Financiamento março 2015 (em milhões de FCFA)	32
Quadro 12 – Critério de Convergência de 1ª Ordem	34
Quadro 13 – Critério de Convergência de 2ª Ordem	34
Quadro 14 – Distribuição Regional do Investimento em 1979	45
Quadro 15: Evolução do Investimento na Agricultura	45
Quadro 16 – Utilização do PIB de 1984 à 1986 (preços corrente)	53
Quadro 17 – Orçamento Corrente de 1980-1995 (em milhões de PG)	55
Quadro 18 – Índice de Câmbio e Salário de 1983 a 1986	58
Quadro 19 – Financiamentos do PAE (em milhões de dólar)	63
Quadro 20 – Contas Fiscais 1989 – 1993 (em milhões de Peso)	65
Quadro 21 – Ativos Líquidos Reais da Guiné-Bissau 1991 – 1993 (em Bilhões de Pesos) . .	66
Quadro 22 – Evolução do PIB (1987-1993)	68
Quadro 23: Funcionários Licenciados	70
Quadro 24 – Evolução da Previsão do Emprego (1986 – 2000)	71
Quadro 25 – Estrutura de Emprego por Níveis de Qualificação (1987)	72
Quadro 26 – Stock da Dívida Externa Líquida (em milhões de FCFA)	80
Quadro 27 – Balanço das Medidas Previstas e Tomadas em 1987 no Âmbito do PAE	90
Quadro 28 – Receitas e Despesas do Estado da Guiné-Bissau Março 2015 (janeiro-março/2015, em milhões de FCFA)	98
Quadro 29: Receitas Públicas da Guiné-Bissau (janeiro-março/2015, em milhões)	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCEAO: Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM: Banco Mundial

BOAD: Banco Oeste Africano de Desenvolvimento

DNT39;s: Despesas a Regularizar (Despesas não Tributadas)

FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FCFA: Franco da Comunidade Financeira Africana

FMI: Fundo Monetário Internacional

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INE: Instituto Nacional de Estatística

MF: Ministério das Finanças

PAIGC: Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde

PAM: Programa Alimentar Mundial

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PPTE: Países Pobres Altamente Endividados

PRS: Partido da Renovação Social

UEMOA: União Econômica Monetária Oeste Africano

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
Objetivos	05
Objetivo Geral	05
Objetivo específico	05
Justificativa	05
Metodologia	06
Organização do Trabalho	06
1- CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SÓCIO-POLÍTICA E ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU	07
1.1- Contextualização Histórica da Situação Sócio-política da Guiné- Bissau	07
1.1.1- Período Antigo (9000 anos a.C.)	08
1.1.2- Idade Média (401 – 1400)	09
1.1.3- Período Colonial (1444 – 1974)	09
1.1.4- Luta de Independência (1963 -1974)	11
1.1.5- Primeira República (1973 – 1980)	12
1.1.6- Segunda República (1980 – 1992)	12
1.1.7- Terceira República	13
1.2- Atual Situação Socioeconômica da Guiné-Bissau	16
1.2.1- Quadro Macroeconômico Atual da Guiné-Bissau	20
1.2.2- PIB e Consumo das Famílias	23
1.2.3- Receitas e Despesas do Governo	24
1.2.4- Receitas Pública	24
1.2.5- Despesas Pública	25
1.2.6- Principais Saldos	28
1.2.7- Desembolsos	29
1.2.8- Financiamentos	31
1.2.9- Classificação Funcional	32
1.2.10- Estado de Convergência da UEMOA	33
1.2.11- Critérios da Primeira Ordem	33
1.2.12- Critério da Segunda Ordem	34
2- CAPÍTULO 2: DEBATES TEORICO SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	39
2.1- As Teorias Tradicionais ou Centrais	35
2.2- As Teorias Críticas ou Não Centrais	36

3- CAPITULO 3: AS ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DA GUINÉ-BISSAU	39
3- Estratégias de Desenvolvimento Socioeconômico da Guiné-Bissau	39
3.1- Estratégia de Desenvolvimento na Primeira República, 1973-1980 (Industrialização Forçada para Exportação ou Ilusão de Desenvolvimento)	39
3.1.1- Investimento	43
3.1.2- Evolução do PIB (1974-1980)	47
3.2- Estratégia de Desenvolvimento na Segunda República (1980 - 1992)	48
3.2.1- Iº Plano Nacional de Desenvolvimento	48
3.2.1.1- Despesas e Finança do Iº PND	51
3.2.1.2- Investimento	54
3.2.1.3- Câmbio	57
3.2.1.4- Dívidas Externa	58
3.2.1.5- Evolução do PIB (1982-1986)	58
3.2.1.6- Inflação	59
3.2.2- Segundo Plano de Desenvolvimento Socioeconômico	60
3.2.3- Plano de Ajustamento Estrutural (PAE)	60
3.2.3.1- Investimento	64
3.2.3.2- Evolução do PIB (1987-1993)	67
3.2.3.3- Dívidas Pública	68
3.2.3.4- Mercado de Trabalho	69
3.2.3.5- Inflação	72
3.3- Estratégia de Desenvolvimento na Terceira República	73
3.3.1- Plano “Djitu Ten”	73
3.3.2- DENARP I	74
3.3.2.1- Investimento	76
3.3.2.2- Evolução do PIB (2006-2010)	76
3.3.2.3- Inflação	77
3.3.2.4- Dívidas Pública	78
3.3.3- DENARP II	80
3.3.4- Plano Operacional 2015- 2020	81
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA	85
APÊNDICES	89

ANEXOS	97
ANEXO A – QUADRO DAS RECEITAS DO GOVERNO DA GUINÉ- BISSAU (2014 E 2015)	98
ANEXO B – QUADRO DAS RECEITAS E DESPESAS DO GOVERNO DA GUINÉ- BISSAU (2014 E 2015)	100
ANEXO C – GRÁFICO DA EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO PIB E PIB PERCAPITA DA GUINÉ-BISSAU	101
ANEXO D – GRÁFICO DA EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	102

INTRODUÇÃO

Ao longo da história econômica da Guiné-Bissau tem sido adotadas várias estratégias políticas e econômicas para alvejar o seu desenvolvimento socioeconômico.

Em 1983, o Ministério de Coordenação Econômica e Plano sentiu-se em condições de elaborar o Iº Plano Nacional de Desenvolvimento (Iº PND), aprofundado em 1986 com IIº PND. Depois da tentativa com programa de ajustamento estrutural (PAE), proposto pelo FMI e BM, foi elaborado outro PND, em 1996, com previsão da sua implementação até 2025, o referido plano é denominado por “Djitu Ten¹”. Mais tarde, os dois (2) programas de redução da pobreza, conhecidos por DENARP I, de 2006 à 2009, e DENARP II, de 2011 à 2015. E, o último, programa estratégico, conhecido por “Tera Ranka²” e “Sol na Iardi³”.

Sem pretensão de propor soluções ideais do desenvolvimento, o presente trabalho visa apresentar de maneira simples e compreensível as estratégias geral de desenvolvimento que amadureceu na Guiné-Bissau, os seus resultados obtidos da materialização no decorrer da sua história política, desde conquista da independência do país em 1973, até o período atual, isto é, 2015. Por exemplo, para muitos guineenses, o governo que melhor administrou o país no curso ideal para desenvolvimento socioeconômico foi do Luís Cabral, no período após independência. Em justificativa a essa afirmação, melhor argumento que se apresenta é que aquando da governação do Presidente Cabral se alcançou um nível considerável de industrialização da economia do país. Porém não se importa como foi o processo de industrialização, em que setor empreendeu mais e da sustentabilidade econômicas e sociais das referidas indústrias.

Os indicadores macroeconômicos, como o nome se refere, visa apontar a situação macro de uma economia. Por isso, optou por analisar as evoluções de alguns

¹ Uma expressão na língua crioulo da Guiné-Bissau, que literalmente em português, significa tem jeito. Esse título do Plano, se deve ao baixo ânimo, que tinha a população sobre a situação do país e expectativa sobre o desenvolvimento socioeconômico.

² Uma expressão em crioulo da Guiné-Bissau, literalmente em português, significa o país arrancou, manifestando um novo começo ao país rumo ao desenvolvimento socioeconômico.

³ Também em crioulo da Guiné-Bissau, literalmente em português, significa o raiar do sol, expressando um tempo bom, estável e agradável.

indicadores macroeconômicos durante os períodos de cada plano em estudo. Porém, a falta dos dados disponíveis, impossibilitou a determinação de um parâmetro padronizado das variáveis de análise para todos os períodos possíveis de análise. Há períodos possíveis de analisar o mercado de trabalho ou a situação de inflação, no entanto, há períodos impossíveis de analisá-las, por falta dos seus dados disponíveis.

Inicialmente, o trabalho apresenta um panorama histórico da situação sociopolítico e socioeconômico da Guiné-Bissau, depois, um debate dos conceituais entre os teóricos sobre a problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento socioeconômico e crescimento econômico. Logo, por um olhar histórico analítico do que realizou, pretende-se analisar as políticas econômicas implementadas no país ao longo da sua história.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar as diretrizes das políticas ou estratégias econômicas implementadas na Guiné-Bissau ao longo da sua história, sendo um Estado independente.

Objetivo Específico

Compreender o panorama social e econômico do histórico geral da Guiné-Bissau;

Compreender as concepções que têm norteado as estratégias de desenvolvimento socioeconômico do país; e

Analisar os efeitos ou consequências das estratégias econômicas adotados durante os períodos posteriores a independência do país, através da evolução dos indicadores macroeconômicos.

Justificativa

A economia guineense continua a padecer de uma longa e persistente precariedade que são notórias no seu fraco desempenho e a incapacidade suprir as mais básicas necessidades do Estado, principalmente, pagamento dos ordenados dos

servidores públicos, pelo que, todo ano, o país é marcado com ondas de greves dos professores, médicos e todos os servidores públicos.

A escolha da Guiné-Bissau como objeto dessa pesquisa relaciona-se ao fato do estudante ser guineense e entender que uma pesquisa sobre o meu país poderia trazer significantes contribuições à compreensão da possível relação entre instituições econômicas e acordos internacionais, em particular as propostas do plano de desenvolvimento sugerido ao país.

Metodologia

Para analisar as políticas econômicas implementadas na Guiné-Bissau, entre 1973-2015, recorreu-se, como caminho metodológico, à pesquisa bibliográfica. Esse era o passo inicialmente projetado para o levantamento de obras de referência bibliográfica.

Por conseguinte, utiliza-se o método histórico como método de procedimento. O método histórico permite a interação com as lições do passado, possibilitando melhor compreensão do presente que podem auxiliar na tomadas das medidas futuras.

De acordo com Orides Mezzaroba e Cláudia S. Monteiro (2006), o método histórico é a maneira de se comparar o conjunto de elementos condizentes ao objeto da pesquisa com suas origens históricas e também fazer comparações com as formações anteriores.

Organização do Trabalho

O trabalho apresenta um panorama geral do contexto histórico sociopolítico e econômico do país. Em seguida, os principais conceitos teóricos sobre a problemática do crescimento, subdesenvolvimento, e desenvolvimento socioeconômico.

Logo, por um olhar histórico analítico, procura-se compreender as políticas econômicas implementadas na Guiné-Bissau ao longo da sua história.

Em conclusão, procura-se apresentar as causas do fracasso das políticas implementadas para empreender o desenvolvimento socioeconômico do país contra a sua situação de subdesenvolvimento e dependência econômica.

CAPITULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SÓCIO-POLÍTICA E ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU.

1.1 - Contextualização Histórica da Situação Sócio-política da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau localiza-se na costa (litoral) da zona ocidental do continente africano, com fronteira com a República do Senegal ao Norte, ao Sudeste e Leste com a República de Guiné Conakry, e, ao Sul e Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. A superfície total do país é de 36.125km².

Figura 01: Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: Google imagem

Guiné-Bissau tem uma população de quase 2 milhões de habitantes, divididas em mais de quarenta grupos étnicos, alguns provenientes dos outros países africanos, principalmente os da África Ocidental. Entre as etnias que compõem o povo guineense, as maiores são: Balantas, Fulas, Papel, Mandinga, Manjaco, Mancanha, Beiafada e Felúpe. (INE, 2014) Além da parte continental, também, ao país integra mais de meia centena de ilhas, quase 80 ilhas e ilhéus, da sua maioria desabitadas. O clima do país é

tropical, alternada com duas estações: seca e chuva. Estação de seca vai de novembro à março, e da chuva vai de maio à novembro.

Administrativamente, o território da República da Guiné-Bissau é dividido em 8 regiões mais Sector Autónomo de Bissau(capital), as regiões são: Gabu, Bafata, Oio, Biombo, Cacheu, Quinara, Tombali, e Bolama Bijagos, e, estas regiões subdividiram-se em 26 sectores.

Quadro 01: População da Guiné-Bissau por Região (2013)

Região	População	Homens	Mulheres	%
Tombali	91.089	44.099	46.990	6,3
Quinara	60.777	29.854	30.923	4,2
Oio	215.259	103.194	112.065	14,2
Biombo	93.039	43.747	49.292	6,4
Bolama/Bijagós	32.424	15.770	16.654	2,2
Bafatá	200.884	97.231	103.653	13,9
Gabú	205.608	99.591	106.017	14,2
Cacheu	185.053	88.132	96.921	12,8
SAB (Bissau)	365.097	181.208	183.889	25,2
TOTAL DO PAÍS	1.449.230	702.826	746.404	100

Fonte: Dados do INE, 2014

1.1.1 - Período Antigo (9000 anos a.C.)

Desse período, em geral, supõem-se que ainda não tinha acontecido a migração dos povos africano para região sul do continente, e sim, toda civilização ou sociedade africana desenvolvia-se em torno do império egípcio (KI-ZERBO, 2006).

Ki-Zerbo, de igual modo aos estudiosos percursos da civilização do Egito Antigo, Edward Wilmot Blyden (1832-1912) e Cheikh Anta Diop (1923-1986), qualifica o Egito antigo (farônico) como uma civilização africana, formada maioritariamente pelos povos negros, fruta de uma migração e desenvolvimento interno (KI-ZERBO, 1979; p. 79).

A teoria do Ki-Zerbo baseou-se sob método de comparação das antigas civilizações africanas (Egito Antigo, Núbia, Kush e Nok), donde constatou uma perfeita semelhança e particularidade na difusão das olarias dessas grandes e mais antigas civilizações africanas. Segundo o historiador, essas olarias permitiriam um deslocamento mais ágil das populações e guarda dos alimentos ao redor dos rios e lagos, que entre 9000 e 2500 a.C, eram muito maiores que atualmente.

Ainda, conforme Ki-Zerbo, essa civilização teria se desarticulado com a desertificação do Saara, que se intensificou a partir dos anos 3500 a.C, provocando emigração mais para sul do continente africano. Esse fenômeno de emigração para Sul do continente africano intensificou ainda mais, com a conquista do Egito pelos Árabes, no século VII (N'DIAYE; 2008; p. 22).

1.1.2 - Idade Média (401 – 1400)

Como conta a história antiga do continente africano, concretamente na segunda metade da idade média, de século X à XIV, sobre os antigos Estados africanos, a Guiné-Bissau pertencia ao Reino de Gabú (PAIGC, 1974; p. 32).

Quando os mandingas chegaram à Guiné-Bissau, no século XIII, fundaram o reino de Gabú (Reino de Kansalá), que no século XV, tornaram-se dependentes do Império do Mali, pela hegemonia desse império na altura, após a decadência do Império de Ghana (Idem; 1974; p. 54).

1.1.3 - Período Colonial (1444 – 1974)

No século XV, com a política de expansão territorial adotada pelas potências europeias, os portugueses chegaram à Guiné-Bissau em 1446 pela companhia de navegação de Alvaro Fernandes (ESTEVES, 1988, p. 21). Há fontes que defendem que a chegada das primeiras companhias de navegação de Portugal foi no ano 1444, numa cruzada sob comando do Nuno Tristão (PAIGC; 1974; p.72).

Com instalação dos portugueses na antiga vila de Cacheu, abriram as suas primeiras povoações em 1588, que servia de sede dos capitães-mores, nomeados pelo rei de Portugal, sob jurisdição de Cabo Verde, e logo começaram as explorações no país. Em 1642, os portugueses fundaram as povoações de Farim e Ziguinchor, a partir

da deslocação de habitantes de Geba, dando início a uma ocupação das margens dos rios Casamança, Cacheu, Geba e Buba, e o processo se efetiva em 1700, a zona passou a ser chamada por Rios da Guiné (LEMOS, 1996).

Entre 1753 e 1775 iniciou a construção da fortaleza de Bissau, pelos cabo-verdianos trazidos das Ilhas de Cabo Verde especialmente para o efeito (MARTINS, 2005).

Em 1800, a Inglaterra começa a fazer sentir a sua influência na Guiné, iniciando a sua reivindicação pela tutela da ilha de Bolama, arquipélago dos Bijagós e todo o litoral. Litígio esse que veio a ser saneado favoravelmente ao Portugal, em 1070, pelo engajamento do antigo presidente dos Estados Unidos de América, Ulysses Grant, fazendo a Coroa Britânica desistir das suas pretensões com essas regiões, e dando a Portugal a legítima dominação de todo território da Guiné-Bissau como sua colônia.

Por isso, em 1879, dado à vitória militar dos Felupes de Djufunco, que ficou a ser conhecido na história como o “desastre de Blol”, onde os militares portugueses sofreram a mais dura derrota no confronto com as populações locais, a coroa portuguesa decide a separação administrativa de Cabo Verde e a criação da “Província da Guiné Portuguesa”, com capital em Bolama. E, em 1941, a capital do país foi mudada para cidade de Bissau, que continuou até então (MARTINS, 2005).

Para afirmarem a sua soberania, sendo autoridade colonial, verifica se então, por parte de Portugal, o início de ações militares punitivas contra os papéis em Bissau e em Biombo de 1882-84, os Balantas em Nhacra de 1882-84, os manjacos em Caió em 1883, e os Beafadas em Djabada em 1882) (MARTINS, 2005).

A estratégia colonial portuguesa evoluiu-se por uma segunda vertente, que era o apoio sistemático com tropas e armamento a uma das partes dos conflitos indígenas. Como foi o caso dos fulas-pretos do Forreá na sua luta com os fulas-forros, em 1881-82 (MARTINS, 2005).

Em Maio de 1886, são delimitadas as fronteiras entre a Guiné Portuguesa e a África Ocidental Francesa, passando a região de Casamança para o controlo da França, por troca com a região de Quitáfine (Cacine), no sul do país (MARTINS, 2005).

A população desencadeia a partir do final do século XIX uma decidida vaga insurrecional em Oio (1897 e 1902), no Chão dos Felupes (1905), Badora e Cuor (1907-08) e a Guerra de Bissau (1908) que juntou Papeis e Balantas de Cumeré (MARTINS, 2005).

Segue-se um período de tensos conflitos, que vai de 1910 a 1925 de resistência à forte repressão das forças coloniais as quais lhe deram o nome de “guerra de pacificação”, que visava a eliminação física dos chefes militares africanos mais combativos, impor pela força o pagamento pelas populações de impostos à administração colonial (o imposto de palhota), e aceder mais facilmente aos recursos econômicos e humanos existentes no território.

A tentativa de desunião dos povos da Guiné-Bissau constituiu o pior erro dos portugueses nesse país: fez aumentar as revoltas étnicas e deu lugar à criação do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Eliseé Turpin com o seguinte objetivo: conquistar a independência, o progresso econômico, o desenvolvimento social e cultural e a democratização da Guiné-Bissau e Cabo Verde (HERNANDES, 2005).

1.1.4 - Luta de Independência (1963 -1974)

O massacre de 3 de Agosto de 1959 com os estivadores da mesma, mortos a queima roupa, por reivindicarem os aumentos de salários, esse acontecimento impactou bastante a população sobre as reivindicações do PAIGC, que permitiu a adesão de uma grande maioria da massa popular a luta armada que o PAIGC proponha desencadear, depois de terem esgotados os recursos diplomáticos sem nenhum efeito. Por isso, em 23 de Janeiro de 1963 deu-se início a luta armada na Guiné-Bissau contra os colonialistas portugueses, sob liderança do Amílcar Lopes Cabral, como líder do PAIGC. A luta que ocorria na Guiné-Bissau, visava a libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde do jugo colonial de Portugal, e tinha apoio de China, antiga União Russa Soviética Socialista (URSS), Cuba, países da Europa de Leste, e em fim, os países socialistas de todo mundo (MARTINS, 2005).

Entre as lutas de libertação colonial nas colônias portuguesa em África, a de Guiné-Bissau foi a mais renhida e derradeira, igualmente, foi a que mais deu prejuízo ao Portugal, em termos humanos, financeiros e materiais. E, tanto que a República da Guiné-Bissau foi a primeira das colônias portuguesa em África a ganhar a sua independência, em 24 de Setembro de 1973, proclamada unilateralmente na primeira sessão da Assembléia da República, que teve lugar em Madina de Boé, na voz do seu presidente João Bernardo Vieira, Nino. Um ano posterior Portugal reconheceu o Estado guineense como soberano e independente, isto, em 10 de Setembro de 1974.

1.1.5 - Primeira República (1973 – 1980)

Após a independência, que foi alguns meses depois do assassinato do líder da luta, Amílcar Cabral, pelos nacionalistas guineenses que opunham à idéia da unidade da Guiné e Cabo Verde, que o Amílcar Cabral tentava implantar. Ascendeu ao poder o seu irmão mais novo, Luís Cabral, que 7 anos depois foi deposto por um golpe militar, em 14 de Novembro de 1980, pelo denominado Movimento Reajustador, liderado pelo João Bernardo Vieira, então Presidente de Assembléia e Comissário Político do PAIGC, único partido que existia no país.

Os fatos alegados como causa do levantamento militar de 14 de Novembro, era o privilégio que o governo do Luís Cabral dava aos cabo-verdianos na Guiné-Bissau, enquanto os guineenses não se beneficiavam dos mesmos privilégios em Cabo Verde. Também, os bárbaros assassinatos dos militares que integravam as forças de Portugal aquando da luta de libertação, os famosos Comandos Africanos (BARROS, 2011; p. 5).

1.1.6 - Segunda República (1980 – 1992)

Sob as argumentações dos privilégios aos cabo-verdianos pelo regime de Luís Cabral, o Movimento do João Bernardo Vieira, de 1980, teve grande apoio dos guineenses com pretexto de que o próprio filho da terra é que tomou a direção do país. Expectativas essas que vieram a ser frustradas, pelos sucedidos durante o consulado do presidente Nino. Principalmente o famoso e triste caso 17 de Outubro de 1986, considerado de tentativa de eliminar as seus camaradas de arma de luta de libertação, sobretudo, os da etnia Balanta, que eram maioritários nos efetivos da força armada, igualmente, a etnia maioritária do país. Nesse caso, foi levantada acusação contra os

oficiais da etnia Balanta, de que estavam conspirando um golpe militar contra o regime do João Bernardo Vieira, donde foram detidos 35 altos oficiais e quadros dessa etnia, e mais alguns oficiais que não quiseram colaborar em acusar esses oficiais da etnia Balanta. Foram submetidos bárbaras torturas, das quais muitos não conseguiram resistir, e outros foram condenados imediatamente à pena de morte, e foram fuzilados.

Em 1992, com a revisão da constituição do País, conseqüentemente abertura ao sistema democrático, o regime do João Bernardo Vieira sofreu duras críticas e oposições por parte dos partidos da oposição, principalmente, RGB (Resistência da Guiné-Bissau) e PRS (Partido da Renovação Social) durante as disputas de primeiras eleições democráticas.

Depois da divulgação dos resultados eleitorais da primeira eleição no país, que deitou como vencedor o General João Bernardo Vieira, alargaram-se mais ainda os protestos dos partidos de oposição denunciando os indícios de fraudes, revelando assim os desejos do General João Bernardo Vieira em se perpetuar no poder, pois, diziam que o Presidente sempre afirmava que ia mandar até se cansar e depois emprestar a sua camisa para governar.

1.1.7 - Terceira República

A Guiné-Bissau iniciou o processo de democratização em 1991. As primeiras eleições diretas e multipartidárias realizadas em 1994, tendo o PAIGC saído como vencedor, continuou à frente da direção do país.

Quase no fim dessa legislatura, o mandato do General foi interrompido com um levantamento político militar, desencadeado pelo movimento sob comando do General Ansumane Mané, denominado por Junta Militar, no dia 07 de Junho de 1998, terminou com a deposição do regime do General João Bernardo Vieira, no dia 06 de Maio de 1999. Foram assim 11 meses de guerra que se concentrou mais na capital do país, Bissau. Ainda contou com a participação das forças do Senegal, França e Guiné Conacri, a favor do regime do Presidente João Bernardo Vieira. Guiné Conacri abandonou rapidamente a guerra, pois seus representantes acharam que se tratava de uma guerra entre os irmãos da mesma casa, por isso não poderiam tomar partido, e sim deviam apelar aos dois para se sentarem e conversarem em busca de uma solução

pacífica. Também se fala, que as forças da Guiné Conacri abandonaram a luta, pois, perceberam que a maioria dos camaradas que fizeram a luta de libertação colonial estavam do outro lado, na Junta Militar, contra presidente João Bernardo. Também, os rebeldes de Casamansa, que reivindicaram a independência dessa região do Senegal, tomaram parte a favor da Junta Militar.

A participação dessas forças estrangeiras no conflito político militar de 07 de Junho de 1998, motivou a adesão massiva à Junta Militar, dos cidadãos jovens e antigos combatentes já reformados. Muitos dos antigos combatentes aderiram à Junta Militar por ódio ferrenho que tinham contra o regime do Presidente, pelas torturas a que foram submetidas. João Bernardo Vieira começou a dar conta da eventual derrota do seu regime, com a morte do Capitão N'Gome, da força senegalesa, isso devido a fama de grande combatente, e pelo histórico das vitórias heroicas desse capitão em todas as guerras que se participou.

Depois do conflito político Militar, num período de menos de 10 meses de transição, foi realizada a segunda eleição livre e democrática, donde saiu como vencedor Koumba Iala, líder do Partido da Renovação Social (PRS), segundo maior partido na oposição, com um resultado histórico de mais de 70% de votos para o cargo de presidente da república, e, para governo, também ganhou o PRS. Essa legislatura começou a funcionar em 2000, e, logo em 2003, esse regime do Koumba Iala sofreu um golpe político militar, liderado pelo General Verissimo Correia Seabra, alegando a situação difícil em que o país se encontrava, em termos econômicos e sociais, também pelo assassinato do General Ansumane Mané.

Igualmente, depois de um período de transição, menos de um ano, foi realizada a eleição legislativa, ganha por Carlos Gomes Junior, e um ano depois, foi realizada eleição presidencial, ganha por Joao Bernardo vieira, que acabou de voltar do asilo em Portugal, após a deposição do seu regime com a guerra de 1998.

Em 2009, no dia 1 de Março, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Tagme Nawaie, foi assassinado à bomba, quando descia do seu gabinete, após uma jornada de expediente, no prédio dos serviços administrativos do Estado Maior. Com a confirmação da sua morte no Hospital Militar da Base Aérea, em Bissalanca, na madrugada do dia seguinte, um grupo dos militares invadiu a residência do Presidente

da República, João Bernardo Vieira, o assassinaram barbaramente. Ainda, no final do ano 2009, foi feita eleição presidencial, saiu como vencedor, Malam Bacai Sanhá, e este não terminou o seu mandato, por ter falecido em 2011, vítima de doença prolongada.

Em 2012 foi realizada eleição presidencial, onde o Primeiro Ministro, Carlos Gomes Junior, participou como candidato, deixando na sua função a sua Ministra da Presidência do conselho dos Ministros. Ao se conhecer os resultados do primeiro turno dessa eleição, que deitou para segundo turno Carlos Gomes Junior, do PAIGC, com quase 50% de votos, e Koumba Iala, do PRS com quase 15% de votos. Os partidos da oposição decidiram boicotar a realização do segundo turno da eleição, alegando a evidência de fraude por parte do candidato do PAIGC, partido no poder. E com a insistência de realizar eleição de qualquer jeito, por parte do candidato do PAIGC, no dia 12 de Abril de 2012 houve um golpe militar, que derrubou o regime de Carlos Gomes Junior, que foi asilado em Portugal.

No dia 13 de abril, foi realizada uma eleição presidencial e legislativa, sob a qual o PAIG ganhou maior número dos deputados, que deu direito de formar e dirigir o governo do país. Já em 18 de maio, após segundo turno da presidencial entre os candidatos Nuno Gomes Nabiam, independente, e o José Mario Vaz, apoiado pelo PAIGC, este último saiu vencedor. Porém, por falta coabitação, pelas divergências entre Presidente e Chefe do Governo, Presidente do próprio partido dos ambos, PAIGC, através de um decreto presidencial, de 12 de agosto de 2015, foi destituído o governo, posteriormente foi nomeado Baciro Dja, na qualidade do 3º Vice-presidente do PAIGC, sem ter indigitado formalmente pela direção do partido, o que motivou um processo judicial do PAIGC, alegando ilegalidade dessa nomeação. O processo foi julgado positivamente pelo Supremo Tribunal de Justiça, e decidiu anular essa nomeação, que durou menos de 48 horas da instituição desse governo.

Foi nomeado Carlos Correia, 1º Vice-presidente do PAIGC, para chefiar o novo governo. E, em 12 de maio, foi demitido o governo de Carlos Correia, pelo Presidente da República, procedendo com a nomeação de um novo governo, chefiado por Baciro Dja.

1.2 - Atual Situação Socioeconômica da Guiné-Bissau

Conforme consta no relatório de 2014, do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), publicado em novembro de 2015, a Guiné-Bissau configura entre dez (10) países do mundo com menor pontuação de Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), isto é, na 178ª posição, que corresponde como segundo colocado entre esses países menos desenvolvidos. Com um PIB de 1.3 bilhões de dólar, e PIB per capita de um pouco mais de 560 dólares.

Devido à isso, mais de 65% da população vive abaixo da linha da pobreza, causada por uma instabilidade econômica prolongada, e desequilíbrios macroeconômicos tem enfraquecido as condições sociais do país. A economia em sua maioria depende da agricultura, que ocupa mais de 80% da produção do país. Castanha de caju e pescados são as exportações do país mais dominante (INE; Estatística Básica, 2014).

Comparando a situação do desenvolvimento econômico com o nível do desenvolvimento tanto dos países subshaariana, como dos países da África em geral, a Guiné-Bissau apresenta um nível sempre inferior.

Quadro 02: Comparação de IDH da Guiné-Bissau com Media Africana

Descrição	IDH
Média de África	0,52
Média da África Subshaariana	0,49
Guiné-Bissau	0,42

Fonte: Dados da INE 2014

Mesmo assim, essa colocação do país entre 10 mais pobres, não seria apropriada à Guiné-Bissau, considerando a sua potencialidade. Ou seja, essa colocação do país não condiz com a sua potencialidade econômica, por seus recursos disponíveis, comparando com a situação dos demais países que colocam como últimos na lista dos países menos desenvolvidos.

Quadro 03: Lista dos dez (10) países menos desenvolvidos PNUD (2014)

Posição	Δ da Posição	País	Pontuação	Δ da Pontuação
177	Estável	Libéria	0,43	0
178	Aumento (1)	Guiné-Bissau	0,42	0,004
179	Baixa (1)	Mali	0,419	0,001
180	Estável	Moçambique	0,416	0,003
181	Estável	Serra Leoa	0,413	0,003
182	Estável	Guiné-Conacri	0,411	0,001
183	Aumento (1)	Burkina Faso	0,402	0,006
184	Baixa (1)	Burundi	0,40	0,002
185	Estável	Chade	0,392	-0,024
186	Aumento (1)	Eritreia	0,391	0,005
187	Baixa (1)	República Centro-Africana	0,35	0,002
188	Baixa (1)	Níger	0,348	0,002

Fonte: Elaborado por mim através dos dados do PNUD

Dentre esses países, a Guiné-Bissau apresenta uma características muito particular, por isso, muitas das vezes é assegurado que não convém a sua colocação entre os dez (10) menos desenvolvidos. Enquanto que, a situação dos demais países dos dez (10) menos desenvolvidos trata-se mais com a problemática de pobreza, ou seja, a questão de apropriação dos recursos escassos, recursos naturais e humanos.

Conforme apresentou o relatório do PNUD (2014), esses países apresentam seguintes condições:

Libéria é um país que foi assolado com uma das guerras civis mais sangrentas da região, marcado recrutamento de crianças soldados e muitas situações de violação dos direitos humanos. A guerra civil liberiana teve duração de 14 anos, vai de 1989 à 2003, com uma pausa de 3 anos apenas, de 1996 à 1999, e, vitimou milhares de pessoas. Atualmente, o país está se recuperando dos persistentes efeitos da guerra civil e relacionadas interrupção econômicas, com cerca de 85% de sua população vivendo

abaixo da linha de pobreza. Em média, são 10 anos o tempo de estudo para as crianças, e por isso o setor de educação está em retido pelas escolas e faculdades insuficientes, sem o fornecimento de professores qualificados também.

Mali tem mais de 65% do seu território de áreas desérticas e semidesértica. Apesar disso, o país poderia desenvolver mais como atividade econômica, a produção de bens de capital, através dos seus recursos humanos, que lhe deixa em vantagem em relação à Guiné-Bissau. Porém, mais de 10% da população maliana são nômades, o que impossibilita bastante o seu desenvolvimento tecnológico.

Moçambique apesar de ter deparado com guerras civis, de igual modo com Guiné-Conacri e Burkina Fasso, possuem maior extensão territorial e maior número de população em relação à Guiné-Bissau. Por isso, obviamente, enfrentam mais complexos desafios para desenvolvimento econômico.

Serra Leoa, embora, esteja entre as 10 maiores nações produtores de diamante do mundo (sendo a principal fonte econômica), um dos maiores produtores mundiais de bauxita, ouro e titânio. 81,5% de sua população é atualmente vivendo em pobreza, 53,4% da população vivem com menos de US \$ 1,25 por dia e 52,3% são privadas de água potável. Igualmente, o país foi assolado com uma das mais sangrentas guerra civil no continente africano por mais de onze (11) anos, desde 1991 à 2002, com recrutamento de crianças soldados e vitimando milhares de vidas.

Burundi apresenta baixo PIB de US \$ 400 por habitante, se deve principalmente por causa de guerras civis, acesso à educação, alta taxa de corrupção, falta de atividade econômica, desigualdade social e sua geografia litoral. Com uma quantidade considerável de emigração, a nação é densamente povoada. 80% de sua população vive na pobreza. De acordo com o Programa Mundial de Alimentação 56,8% de suas crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica⁴. Portanto, Burundi depende, principalmente, de ajuda externa.

Chade localizado como um país sem litoral da África tem como base a agricultura centrada e o setor industrial subdesenvolvido. Enfrenta constantemente

⁴ <https://www.wfp.org/countries/burundi/overview> - Acessado em 23/07/2016

situação de revoltas armadas, que o deixa em permanente instabilidade política. Ele também é um dos países mais corruptos do mundo. Cerca de 80% da população estão vivendo abaixo da linha da pobreza, por isso, Chade é considerado como um Estado abortado pelo Fundo para a Paz⁵.

Eritreia é um país no “chifre da África”. Como muitas outras economias da região, a economia da Eritreia também é baseada na agricultura de subsistência, 80% da população vive da agricultura e pastoreio. 50% de sua população está abaixo da linha da pobreza. O país enfrenta muitos problemas de saúde, educacionais, ambientais, e variados desafios. No entanto, o seu desenvolvimento futuro depende da sua aptidão para melhorar os problemas sociais como o desemprego, o analfabetismo etc.,...

República Centro Africana é um país sem acesso ao mar na África, tem a agricultura de subsistência. Indústrias de diamante e madeira contribuem para as receitas de exportação, em certa medida (40% e 16% respectivamente)⁶. Porém, desde 2003 eclodiu conflito civil militar, que vem ceifando milhares de vidas humanas e deixando país totalmente instáveis e inseguros para desenvolvimento econômico.

Níger é um país com a maioria de suas terras dominadas pelo deserto do Saara. Devido ao baixo nível de educação, terreno desértico, pobreza de seu povo, infra-estrutura deficiente, saúde precárias e outros.

Portanto, a problemática socioeconômica da Guiné-Bissau, prende-se com o próprio objeto de estudo da ciência econômica, que a situação de escassez dos recursos ou da produção, que remete três (3) questões principais a serem atendidas:

- 1) O quê produzir, bens de consumo ou de capital?
- 2) Como produzir, através do uso intensivo de força produtiva humana, ou uso intensivo de força material de produção?
- 3) Para quê produzir, quais setores devem merecer privilegio da produção do país?

⁵ O Fundo para a Paz é uma organização independente não partidário. Também, pode ser considerada como organização de pesquisa sem fins lucrativos e organização educacional que trabalha para prevenir conflitos violentos e promover a segurança sustentável. O seu objectivo é criar ferramentas práticas e abordagens para mitigação de conflitos que são úteis para os decisores. (<http://global.fundforpeace.org/aboutus>) - Acessado em 23/07/2016

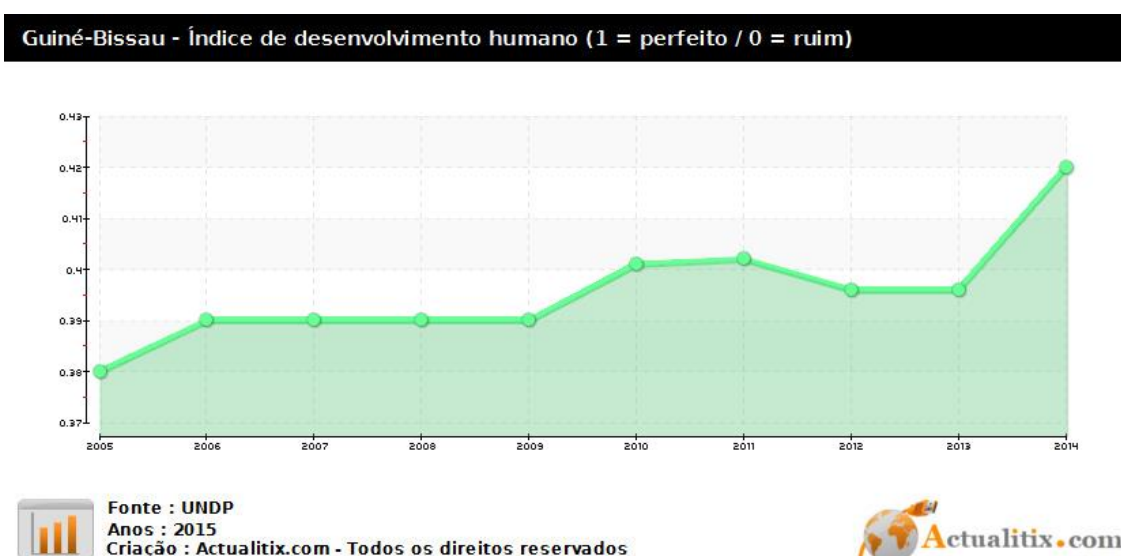
⁶ http://www.indexmundi.com/pt/republica_centro-africana/ - Acessado em 23/07/2016

Entretanto, se pode ver em que medida as estratégias de desenvolvimento atendem essas questões, como vai ser analisado posteriormente nesse trabalho.

1.2.1 - Quadro Macroeconômico da Guiné-Bissau

Pela estatística do IDH, se observa que a Guiné-Bissau subiu em mais uma posição no ranking, com variação de 0,004 pontos, ou melhor, os dados do país tende a melhorar, o que dá impressão de uma melhoria da situação sócio econômico do país, enquanto que não. Essa melhoria dos dados do IDH, deve-se ao fato que o índice contempla variáveis que são influenciados mesmo pelas medidas de curto prazo. Como é caso do PIB, que é influenciado pelo aumento dos gastos do governo com a s suas despesas correntes, principalmente, pagamento dos salários dos servidores públicos, que em consequência são drasticamente corroídos pelo aumento da inflação.

Figura 02: Gráfico de Evolução de IDH da Guiné-Bissau (2005 – 2015)

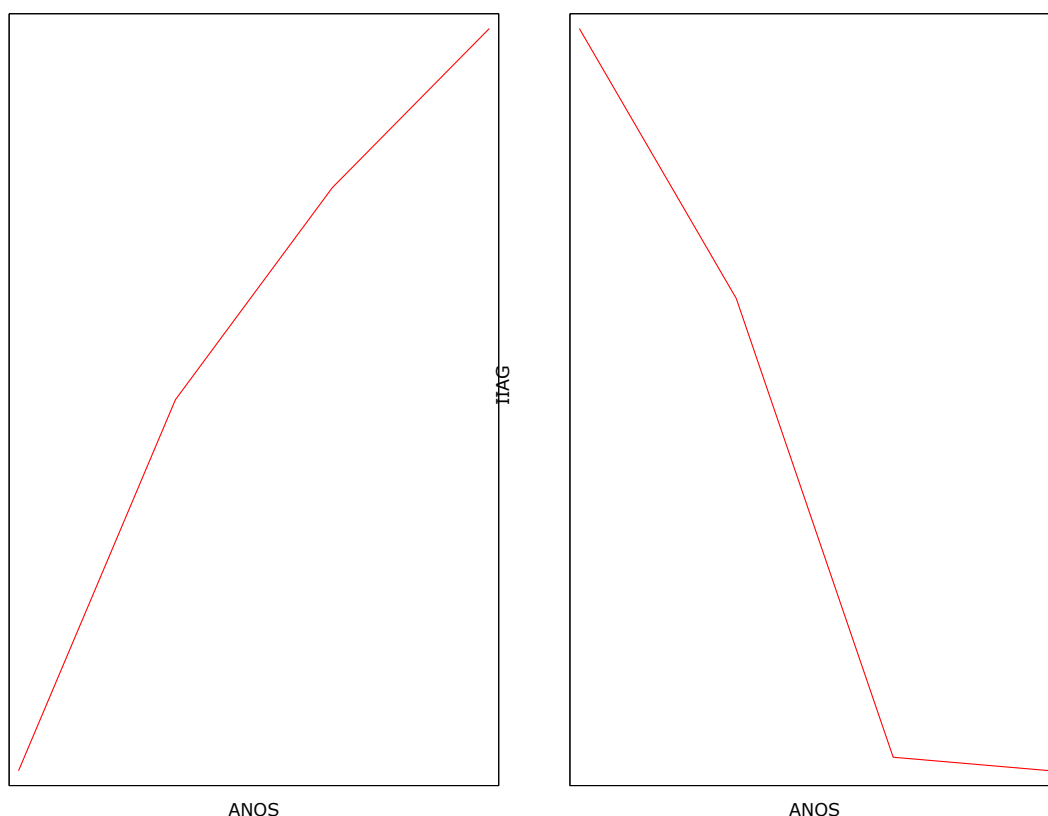


Se comparar a evolução da situação econômica da Guiné-Bissau, pelo Índice Mo Ibrahim de Governança Africana (IIAG)⁷, que se limita mais nos impactos das políticas

⁷ A Fundação Mo Ibrahim (MIF) é uma fundação africano, criado em 2006, com um foco: a crítica importância da governança e liderança em África. Mo Ibrahim é um empresário **sudanês britânico** do ramo de [telecomunicações](#). É o fundador da [Celtel](#). Vendeu a Celtel em 2005 por \$3400 milhões de dólares e criou a Fundação Mo Ibrahim para promover uma melhor governação em África, bem como o Índice Mo Ibrahim, para avaliar a qualidade anual de governança para cada país do continente africano. É membro da Comissão Consultiva Regional para a África na [London Business School](#). Em 2007, lançou o Prémio Mo Ibrahim para a Liderança de Excelência em África, com um prémio inicial de 5 milhões de dólares e um pagamento anual para a vida, no valor de 200 mil dólares, atribuído aos Chefes de Estado que excepcionalmente promovam maior segurança, direitos à saúde, à educação, ao desenvolvimento económico e político nos seus países, e cedam o poder de forma democrática aos seus sucessores.

econômicas do desenvolvimento na vida real da população dos países africanos, e mais variáveis que indicam respeito dos direitos Humanos, por exemplo, acesso à justiça e liberdade de expressão. No entanto, observa-se uma tendência negativa na sua trajetória de 2011 à 2014.

Figura 03: Gráfico da Evolução de IDH e IIAG (2011-2014)



Fonte: Elaborado por mim através dos dados do PNUD e Fundação Mo Ibrahim

No Índice Mo Ibrahim, desde 2009 a Guiné-Bissau já perdeu 6,8 pontos e cinco posições na tabela, somando atualmente apenas 33,2 pontos, que a colocam na 48.^a posição. Além da falta de oportunidades econômicas que oferece, a participação cívica é considerada muito baixa bem como o funcionamento da lei. A Guiné-Bissau recuou em

Na primeira edição foi distinguido o antigo chefe de Estado moçambicano Joaquim Chissano e em 2008 ao ex-Presidente do Botsuana Festus Gontebanye Mogae. Também o antigo Presidente sul-africano Nelson Mandela, ícone da luta contra o apartheid, foi laureado honorário do prémio em 2007. O Prémio Mo Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana 2015 ficou sem vencedor pela quinta vez em nove edições. Num comunicado, a Fundação Mo Ibrahim indicou que o Comité do Prémio, entidade independente liderada pelo antigo secretário-geral da extinta Organização da Unidade Africana (OUA, atual União Africana - UA), o tanzaniano Salim Ahmed Salim, indica que não foi selecionado qualquer vencedor. Comentando a decisão do Comité do prémio, o Bilionário sudanês, residente em Londres, Mo Ibrahim disse "respeitar" a decisão, salientando a "fasquia muito elevada" nos critérios para a atribuição do galardão. < <http://mo.ibrahim.foundation/about-us/>> - Acessado em 23/07/2016

todas as quatro categorias cujos critérios são usados para elaborar o índice. (INE; Estatística Básica da Guiné-Bissau, 2014)

Ainda, também se pode notar essa situação da tendência da retração da economia guineense, pela evolução de outros indicadores, que constituem indicadores de pobreza, principalmente dos consumidores guineense. Exemplo, percentagem da população que vivem com menos de 1 ou 2 dólares por dia, despesas média anual de um agregado (família) média e despesas anual per capita.

Quadro 04: Indicadores da Pobreza

INDICADORES	2002	2010	Δ DOS INDICADORES
% da População que vive com Menos de 1 Dólar	20,8	33	12,2
% da População que vive com Menos de 2 Dólar	64,7	69,3	4,6
Despesas médias anuais por Agregado – valor real em Fcfa	1.246.863,60	1.341.073,70	94210,1
Despesas médias anuais Per capita-valor real em Fcfa	164.061,00	162.300,70	-1760,3

Fonte: Elaborado pelos dados da INE 2010

Ao longo dos oito (8) anos, aumentou a população guineense com consumo de menos de 1 dólares diário em mais de 12%, e os de menos de 2 dólares, aumentou em mais de 4%. Apesar de aumento de mais 94.210,1 FCFA⁸, nas despesas anuais por família, porém, as despesas per capita reduziram em -1.760,3. Isso se deve pela alta taxa de aumento da inflação e crescimento da população. (INE, Estatística Básica, 2014)

⁸ FCFA significa Franco da Comunidade Financeira Africana da União Econômica Monetária de África Ocidental (UEMOA), composta inicialmente por sete (7) países, são, Benin, Togo, Mali, Burkina Faso, Senegal, Costa do Marfim, e Níger. Em 02 de maio de 1997, Guiné-Bissau aderiu ao bloco. Que foi criado em 1945 pelo Estado francês após a ratificação [dos acordos de Bretton Woods](#), sob o nome de franco das colônias francesas de África. Em 1958, ele tornou o nome do franco da Comunidade Francesa da África, e em 1960 o nome do Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA).

A inflação da economia guineense é muito complexa, visto que, é sensível aos vários fatores, ou, não consiste essencialmente à uma característica. Ela careta influência dos aspectos dos três (3) principais espécies de inflação, a de custos, demanda e inercial.

Com aumento da inflação, conseqüentemente, aumentou o custo médio das despesas das famílias. E, por outro lado, houve um crescimento da população do país, por isso, causou redução das despesas per capita, ou seja, a taxa de crescimento da população foi maior que a da inflação. Segundo as estatísticas do INE, em 2010, a taxa de crescimento anual da população guineense é de 10,8%, e a taxa de inflação em 2010 foi de 2,3% ao ano.

1.2.1.1 - PIB e Consumo das Famílias

Segundo os dados da INE, no último ano, 2015, a Guiné-Bissau apresentou um PIB de 631.422 milhões de FCFA, equivalente ao 1.056 milhões de dólares. A média da participação das atividades do setor primário é de 44,9%, setor secundário é de 13,15% e setor terciário é de 38,07%. E, em específico, o ramo de agricultura, pesca e floresta constituiu 45,5%, ramo de comércio constituiu 17,8% e ramo de indústria agro alimentar constituiu 11,5% (INE, Estatística Básica, 2014).

Quadro 05: Percentagem dos Setores das Atividades no PIB em 2012

Designação	%
Sector Primário	46,5
Sector Secundário	14,4
Sector Terciário	35,3

Fonte: Dados do MF da Guiné-Bissau

O consumo das famílias, em 2012, foi de 91% e 7,1% do investimento do total das rendas das famílias. Dos gastos, 86,7% são nos produtos alimentares, 1,7% nos transportes e comunicações, 0,9% nos vestuários e calçados e 0,8% na energia e água (INE, Estatística Básica, 2014).

Quadro 06: Alocação da População Guineense por Principais Ramos de Atividade

Descrição	%
Agricultura, Pesca e Silvicultura	72,4
Comercio	10
Serviço	7,3

Fonte: Dados do MF da Guiné-Bissau

1.2.1.2 - Receitas e Despesas do Governo

1.2.1.2.1 - Receitas Públicas

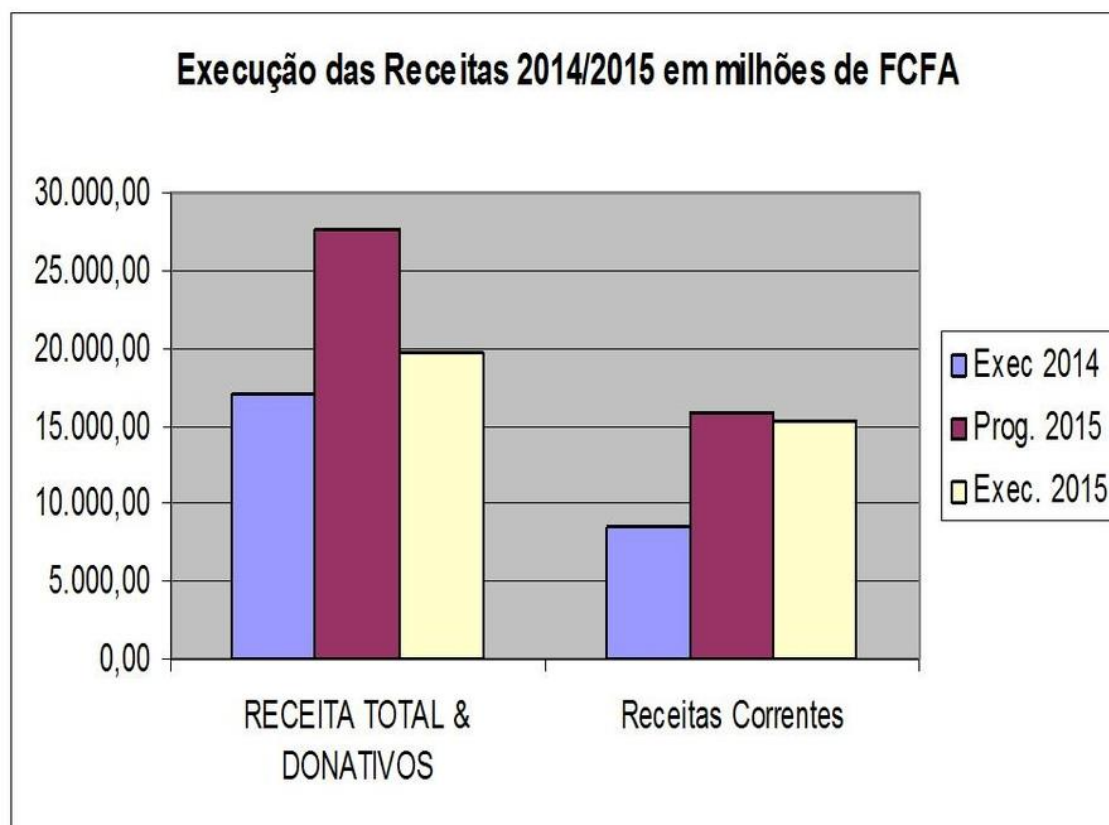
As receitas totais e donativos atingiram 19.833,9 milhões de Fcfa contra 17.021,6 milhões de Fcfa no mesmo período do ano anterior, isto é, registou-se um aumento de 16,5% em relação ao período homólogo do ano precedente. (TOFE MF; março, 2015)

Este aumento tem a ver com um acréscimo nas receitas correntes em 78,3%. As receitas correntes aumentaram devido a arrecadação nas receitas tributárias em 57,8% e nas receitas não tributárias em 150,0%. Relativamente as receitas tributárias, o aumento foi verificado nos impostos diretos e indiretos em 68,6% e 54,2%, respectivamente. O aumento dos impostos diretos é explicado pelo aumento no imposto sobre o rendimento em 74,3% e, dos impostos indiretos é explicado pelos aumentos nos impostos sobre as transações internacionais, imposto sobre consumo e imposto geral sobre vendas. Nas receitas não tributárias, tiveram influências positivas as seguintes rubricas: as taxas, multas e penalidades, transferências, concretamente nas administrações públicas e nas transferências do exterior (compensação financeira) e vendas de bens e serviços. (Quadro 23 em anexo)

No que se refere aos donativos, o Governo mobilizou 4.517,9 milhões de Fcfa contra 8.429,2 milhões de Fcfa no mesmo período do ano transato, representando assim, uma diminuição de 46,4%, em relação ao período homólogo do ano 2014 e uma taxa de execução de 38,5%. Esta evolução decorreu, em parte, principalmente pelas diminuições observadas nos donativos externos (46,4%), com maiores destaque na

ajuda à balança de pagamentos (não se tendo registado nenhum apoio) e ajuda a projetos (-26,3%). (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015)

Figura 04: Gráfico da Execução Comparativa das Receitas Orçamentais (2014/2015)



Fonte: Dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

1.2.1.2.2 - Despesas Públicas

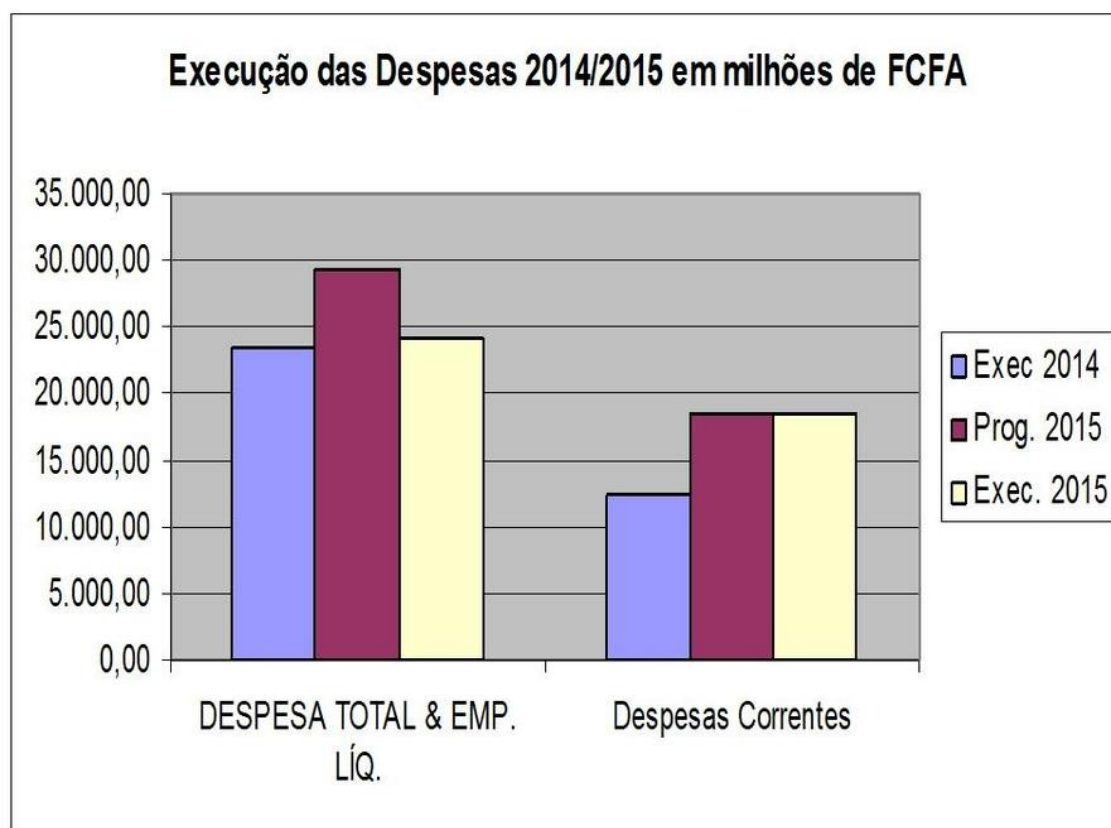
As despesas totais e empréstimos líquidos aumentaram em 3,4%, situando-se em 24.229,1 milhões de Fcfa contra 23.430,7 milhões de Fcfa no período homólogo do ano anterior. Com este resultado, destacou-se a diminuição nas despesas de capital em 53,3%, apesar de aumento nas outras rubricas das despesas totais, como, nas despesas correntes e despesas à regularizar (DNT's). As despesas primárias 1 registraram a mesma tendência (+1,7%), em relação ao período homólogo do ano transato, provocada pela diminuição nas despesas de capital. As despesas correntes aumentaram 49,4% em relação ao período homólogo do ano precedente, devido ao aumento em algumas rubricas, tais como: nas aquisições de bens e serviços em 112,7%, transferências correntes em 62,5%, outras despesas correntes acima dos 100,0% e juros da dívida a

cima dos 100,0%. As despesas com pessoal diminuíram em 0,7%. Esta ligeira diminuição é explicada pelo reforço de medidas adicionais administrativas ao controlo de pagamento de salários dos pensionistas. (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015)

As despesas correntes primárias aumentaram em 47,2%. A diminuição registrada nas despesas de capital tem a ver com a diminuição das despesas de capital financiado com recursos internos (-46,2%) e com recursos externos (-53,8%), dos quais, 4.517,9 milhões de Fcfa são doados pelos UNICEF, PAM, BM, UEMOA, FAO e PNUD, e 179,2 milhões de Fcfa são empréstimos do BOAD. (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015)

As despesas não tituladas (DNT's) situaram-se em 671,0 milhões de Fcfa contra 210,1 milhões de Fcfa no período homólogo de 2014. O resto a pagar interno foi de 1.999,3 milhões de Fcfa contra 6.852,0 milhões de Fcfa no período homólogo do ano 2014. O pagamento de anos anteriores no exercício corrente foi de 2.743,6 milhões de Fcfa contra 2.260,0 milhões de Fcfa (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

Figura 05: Gráfico da Execução das Despesas Orçamentais (janeiro-março/2015, em milhões de FCFA)



Fonte: Dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

1.2.1.3 - Os Principais Saldos

No primeiro trimestre de 2015, o saldo primário corrente teve um défice de 2.470,0 milhões de FCFA contra um défice de 3.487,5 milhões de FCFA no período homólogo do ano transato. (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015)

O saldo primário de base registou um défice de 2.827,9 milhões de FCFA contra um défice de 4.152,6 milhões de FCFA no período homólogo do ano precedente. O saldo global incluindo donativos (o critério chave da convergência da UEMOA), registou um défice de 4.395,1 milhões de Fcfa contra um défice de 1.652,2 milhões de Fcfa programado em 2015, enquanto que no período homólogo do ano 2014 o défice foi de 6.409,1 milhões de Fcfa, traduzindo assim, uma melhoria de 2.014,0 milhões de Fcfa face a igual período do ano anterior. Esta situação de melhoria explica-se pelo aumento das receitas totais e donativos (16,5%), apesar de ter havido um aumento nas despesas

totais e empréstimos líquidos em 3,4%. (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015)

Quadro 07: Execução dos Principais Saldos (janeiro-março/2015, em milhões de FCFA)

DESIGNAÇÃO	Exec 2014	Prog. 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
SALDO GLOBAL	-6.409,1	1.652,20	- 4.395,10	-33,6	266
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-2.157,8	647,8	-3.545,10	64,3	-547,3
SALDO PRIMÁRIO CORRENTE	-3.487,5	1.792,90	2.470,10	-29,2	137,8
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-4.152,6	-2.878,90	2.827,90	-31,9	98,2

Fonte: Dados do MF

1.2.1.4 - Dívida Externa

No final de 2010, o País beneficiou da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPTE), onde teve a redução do seu stock da dívida externa, incluindo juros em atrasos, situando-se em 527,8 milhões de USD até final de Março 2014. Em Setembro de 2014, emitiu informações oficiais comunicando a diminuição das dívidas do país, através dos credores, esse stock diminuiu para 274,5 milhões de USD no final de Março de 2015, ou seja, 48,0% (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

Quadro 08: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)

Descrição	Total do stock da Dívida Externa até 31/Mar./14	Total de estoque da Dívida Externa até 31/Mar,15
Total	527,79	274,48
Multilateral	284,22	221,65
Bilateral	242,39	52,53
Banco Franco-Português	1,17	0,3

Fonte: Dados do MF

1.2.1.5 - Desembolsos e Pagamentos Efetuados

De acordo com os Serviços da Dívida Externa, o montante desembolsado de Janeiro à Março de 2015, foi de 366,5 milhões de Fcfa contra 5.933,4 milhões de Fcfa no período homólogo do ano anterior. Este montante (em 2015) foi financiado pelo BM, Fundo de Desenvolvimento Africano (FAD) e Banco Oeste africano para o Desenvolvimento (BOAD), direcionado ao projeto de emergência e Serviços de Eletricidade, projeto de apoio ao programa para o desenvolvimento sanitário, projeto de Educação III e o projeto de construção do Central Térmica DIESEL. No período homólogo de 2014, os desembolsos provieram principalmente do BOAD, destinados aos projetos de Reabilitação e Alargamento da Estrada Mansoa-Farim, Programa de Urgência de apoio à Segurança e do Apoio à Segurança Alimentar (PASA) (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

Quadro 09: Reembolso das Dívidas Externa/2015 (em milhões de dólar)

ORGANISMO	CAPITAL
FAD	121,81
BANCO MUNDIAL- ida	163,02
B O A D 5	81,63
B A D	0
KUWAIT FUND	0
SAUDI FUND	0
TOTAL	366,45

Fonte: Dados do MF

Quanto ao reembolso da dívida externa, foram reembolsados 1.154,7 milhões de Fcfa para os seguintes credores: Saudi Found (242,1 milhões de Fcfa), Kwait Found (192,9 milhões de Fcfa), BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África) (322,8 milhões de Fcfa), Banco Mundial (9,0 milhões de Fcfa), BOAD (225,0 milhões de Fcfa) e BID (Banco Islâmico para o Desenvolvimento) (163,0 milhões de Fcfa), dos quais, o pagamento do principal foi de 490,2 milhões de Fcfa e de juros de 664,6 milhões de Fcfa. Em relação ao período homólogo de 2014, o montante reembolsado foi de 450,9 milhões de Fcfa, cujo o pagamento do principal (capital) e de juros, foi de 145,7 milhões de Fcfa e 305,2 milhões de Fcfa, respectivamente. O total do montante acima referido, foi destinado para os seguintes credores multilaterais: BM (20,6 milhões de Fcfa), BID (36,2 milhões de Fcfa), BOAD (336,1 milhões de Fcfa) e BAD (58,1 milhões de Fcfa) (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

Quadro 10: Comparação de Reembolso da Dívida Externo (2014/2015)

CREDORES	2014			2015		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
B I D	36,2	0	36,2	163	0	163
BANCO MUNDIAL- ida	14,7	5,9	20,6	4,4	4,6	9
B O A D	36,8	299,3	336,1	0	225	225
B A D	58,1	0	58,1	0	0	0
KUWAIT FOUND	0	0	0	0	192,9	192,9
SAUDI FOUND	0	0	0	0	242,1	242,1
BADEA	0	0	0	322,8	0	322,8
TOTAL GERAL	145,7	305,2	450,9	490,2	664,6	1154,8

Fonte: Dados do MF

1.2.1.6 - Financiamento

De Janeiro a Março de 2015, o total de financiamento situou-se em 7.998,3 milhões de Fcfa, sendo que o financiamento interno situou-se em 8.309,2 milhões de Fcfa, isto é, 8.975,1 milhões de Fcfa a nível bancário e -665,9 a nível não bancário e, enquanto que o financiamento externo situou em -311,0 milhões de Fcfa, dos quais 179,2 milhões de Fcfa são financiamentos para projetos, provenientes do BOAD e -490,2 são as amortizações correntes exigíveis, concretamente para com BADEA, BID e FMI. Em relação ao período homólogo de 2014, o total do financiamento foi de 2.355,0 milhões de Fcfa, dos quais, -1.540,5 milhões de Fcfa foram contraídos a nível interno (financiamento bancário), e os restantes 3.895,5 milhões de Fcfa a nível externo, isto é, empréstimos aos projetos (4.041,2 milhões de Fcfa) financiados pelo BM e BOAD e, as amortizações correntes exigíveis (-145,7 milhões de Fcfa) para com o BM, BOAD, BID e BAD. Em Julho de 2014, o governo emitiu títulos do Tesouro através do qual contraiu empréstimos na ordem dos 15.000 milhões de Fcfa para financiamento de Tesouraria. Partes destes recursos foram utilizadas para pagamento de salários em atraso, atrasados dos Bancos Comerciais e outras despesas. Por fim, o Quadro das Operações Financeiras do Estado apresenta um GAP de 2.858,7 milhões de Fcfa contra 537,8 milhões de Fcfa no mesmo período do ano anterior (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

Quadro 11: Financiamento março 2015 (em milhões de FCFA)

	-				
Financiamento Interno	1.540,50	6.250,00	8.309,20	-639,4	132,9
Financiamento Bancário	1.540,50	6.250,00	8.975,10	-682,6	143,6
Banco Central	-120,1	0	7.578,40	6.410,10	
Δ depósito Estado+FMI	-120,1	0	7.578,40	6.410,10	
Banco Comerciais	1.420,40	6.250,00	1.396,70	-198,3	22,3
Depósitos nos Bancos	17,2	0	641,2	3.627,90	
Depósitos do tesouro	17,2	0	641,2	3.627,90	
Amort. Dos Bancos	0	0	-665,9		
Concurso dos Bancos	1.437,60	6.250,00	1.421,40	-198,9	22,7
Financ. não Bancário	0	0	-665,9		
Financiamento Externo	3.895,50	4.605,80	-311	-108	-6,8
Financ. aos Projetos	4.041,20	3.118,80	179,2	-95,6	5,7
Amort. Corr. Exigível	-145,7	1.487,00	-490,2	236,4	-33
GAP	537,8	9.203,60	2.858,80	431,6	31,1

Fonte: Dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

1.2.1.7 - Classificação Funcional

Conforme a nomenclatura orçamental, a classificação funcional teve um total de gasto de 16.430,6 milhões de Fcfa no primeiro trimestre de 2015 contra uma programação anual de 117.274,8 milhões de Fcfa, representando uma taxa de execução de 14,0% e um rácio de 2,6% em termos do PIB (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

A função da Defesa e Soberania apresenta-se com maior fatia, isto é, 7.154,5 milhões de Fcfa, correspondendo essencialmente às despesas de funcionamento com

1,1% do PIB. Em seguida, a função Econômica e Financeira, com 5.062,4 milhões de Fcfa (despesas de funcionamento), representando uma taxa de execução de 12,7% e em termos do PIB representa 0,8%. A função Social, com 3.917,5 milhões de Fcfa, isto é, em percentagem do PIB representa 0,6%. Por último, a Função Produtiva e infraestrutura consumiram um crédito de 296,2 milhões de Fcfa, representando 0,05% do PIB e uma taxa de execução de 1,8% (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015).

1.2.1.8 - Estado de Convergência da UEMOA

Dado ao incumprimento do horizonte fixado para a convergência na zona UEMOA no período 2000-2013, cujo resultado não foi satisfatório, devido a sucessivos fracassos encontrados nas diferentes economias, levou a Comissão da UEMOA, através da conferência dos Chefes de Estados e de Governos, em decidir alargar o horizonte da convergência da União para o ano 2019 com algumas modificações nos critérios de Convergência. (RELATÓRIO FINANCEIRO do MF, março 2015)

1.2.1.8.1 - Critérios da Primeira Ordem:

Primeiro: O rácio de saldo orçamental Global incluindo os donativos reportados ao PIB nominal foi de -0,7% contra -1,1% no igual período de 2014. Segundo: A taxa de inflação mensal foi de 0,01% contra -2,5% em 2014. Terceiro: O rácio da dívida externa efetiva sobre o PIB nominal foi de 25,4% até Março de 2015 contra 42,3%, no período homólogo de 2014.

Quadro 12: Critério de Convergência de 1ª Ordem

INDICADORES	Janeiro à Março		
	Norma	2014	2015
Saldo Orç.Global (incl. Don)/PIB	$\geq -3\%$	-1,1	-0,7
Taxa Infl. Mensal	$\leq 3\%$	-2,5	0,01
Dív.Públ.Total/ PIB3	$\leq 70\%$	42,3	25,4

Fonte: Dados do MF

1.2.1.8.2 - Critério de 2ª Ordem:

Primeiro: O rácio massa salarial reportado às receitas fiscais foi de 71,5% contra 113,6% em 2014. Segundo: A taxa da pressão fiscal foi de 1,7% contra 1,1% no período homólogo de 2014.

Quadro 13: Critério de Convergência de 2ª Ordem.

INDICADORES	Janeiro à Março		
	Norma	2014	2015
Massa Sal. /Rec.Fiscais	$\leq 35\%$	113,6	71,5
Pressão Fiscal	$\geq 20\%$	1,1	1,7

Fonte: Dados do MF

CAPITULO 2: Debates Teóricas Sobre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Econômico

2.1 - As Teorias Tradicionais ou Centrais

A preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes mais profundas exatamente na origem da ciência econômica. Mas a estruturação sistemática do debate teórica nesse assunto, é relativamente jovem, surgindo como tal nos anos 40 e tendo um franco desenvolvimento nos anos 50 (HIRSCHMAN; 1981).

De maneira preliminar, nos escritos clássicos de Adam Smith (1776), David Ricardo (1817), Thomas Malthus (1798) e Karl Marx (1867), o desenvolvimento era uma questão fundamental. Porém, uma formulação original de teoria de desenvolvimento deve-se ao austríaco Joseph Schumpeter, com o conceito de desenvolvimento econômico amarrado à idéia de inovação tecnológica (progresso técnico) e rompimento do fluxo circular. A mudança tecnológica (processo de destruição criadora) é um fenômeno típico das economias capitalistas e a tecnologia uma variável endógena. A contribuição de Schumpeter sobre o tema é vasta (SCHUMPETER; 1934).

O paradigma do “núcleo capitalista dinâmico”, representado fundamentalmente pelos trabalhos de Walt Rostow, apresenta outro enfoque. De acordo com tais autores, as maiores causas do retardo econômico estariam nos baixos níveis de poupança e na ausência de uma classe empresarial dinâmica em alguns países. O momento preciso em que um país entra na fase de desenvolvimento varia conforme o critério adotado: quando esgota a reserva de mão de obra, conforme Lewis, ou quando ocorre um brusco aumento da taxa de investimento na difusão do sistema de produção baseado na fábrica moderna. Este fenômeno ficou conhecido na literatura como o *take-off* de Rostow. (ROSTOW; 1974)

E, da perspectiva Neoclássica, dominante durante os anos oitenta e noventa e tem como pilares o estímulo à participação plena no comércio internacional e a

eficiência do mercado como alocação ótima de recursos, se as economias se especializam de acordo com suas vantagens comparativas. Com isso, criticam fortemente a intervenção estatal às atividades econômicas por ser geradora de distorções de mercado e as estratégias de industrialização, por substituição e importações.

2.2 - As Teorias Críticas ou Não Centrais

As ideias sobre o desenvolvimento elaborado em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de modernização. Verifica-se, por isso, que as perspectivas produzidas sobre desenvolvimento nos países desenvolvidos para os problemas dos países subdesenvolvidos são superficiais e completamente inaplicáveis. Outro fato grave é a alta frequência de tentativas de governos nos países subdesenvolvidos em aplicar a teoria econômica dos países desenvolvidos em suas economias subdesenvolvidas.

Charles Bettelheim rejeita o conceito de subdesenvolvimento como estágio inferior do sistema sócio-econômico de um país. Segundo ele, o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido pelos países para que atinjam o desenvolvimento. Para ele não é questão de tempo, mas de rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais (BETTELHEIM; 1969).

Um dos principais esforços dos autores vinculados a abordagem que ficou conhecida como “Teoria da Dependência”, foi o de reconsiderar os problemas do desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de interpretação que insistiu na natureza política dos processos de transformação econômica. A CEPAL já havia registrado a significativa limitação da utilização de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. A intensificação deste esforço de compreensão leva à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por

outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional (CARDOSO; 1979).

Destacavam não existir uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, era preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumiam em cada situação de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionavam.

A Teoria da Dependência é uma tentativa de reinterpretação teórica que surge da crise da abordagem cepalina. No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurado os meios de financiamento - o que em boa parte competia ao Estado -, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas idéias tropeçava em dificuldades em mais de um país (FURTADO, 1991, p. 27 e 28).

Celso Furtado já havia em 1966 dado um primeiro passo (ainda que incompleto) na interpretação da nova dependência com seu ensaio “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, trabalho no qual “a análise do novo modelo baseado nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada, (mais no Brasil que na Argentina), através de um novo processo de concentração de renda (BRESSER PEREIRA, 1985, p.37).

Raul Prebisch (1949; p. 358 e 359) demonstra a pretendida universalidade da economia capitalista, afirmando: uma das falhas mais conspícuas de que padece a teoria econômica geral, contemplada do ponto de vista da periferia (os países subdesenvolvidos, por exemplo) é seu falso sentido de universalidade. Com isso, sem

dúvida, PREBISH não queria negar todo e qualquer sentido universal à teoria econômica. Há sem dúvida uma base comum.

No paradigma da teoria Estruturalista de desenvolvimento, considera também a modernização e a intervenção estatal, no entanto, incorpora fatores estruturais, nega a importância do comércio intencional para o avanço do sul, e trata de explicar o desenvolvimento e subdesenvolvimento na escala mundial, que se baseia no modelo centro e periferia. Caracteriza o Centro como as economias de estrutura produtiva diversificada, homogênea e de produção e exportação de manufaturas, enquanto que a Periferia, como economias com estrutura produtiva especializada em número limitado de bens, níveis de produtividade heterogêneos e produção e exportação de produtos primários.

CAPITULO 3: AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DA GUINÉ-BISSAU

3 - Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico da Guiné-Bissau

Análise desse trabalho se limita a partir do período após a independência política do país, que resultou na formação do Estado ou Nação guineense, não considerando o período colonial, posto que, durante o mesmo, a Guiné-Bissau, sendo uma colônia, as suas políticas ou estratégias de produção econômica consistia em suprir as demandas das produções econômicas da metrópole colonial em recursos naturais e humanos.

3.1 - Estratégia de Desenvolvimento na Primeira República, 1973-1980 (Industrialização Forçada para Exportação ou Ilusão de Desenvolvimento)

A estrutura econômica do regime colonial português na Guiné-Bissau era adequada apenas para a elite colonial, ou melhor, somente visava atender a classe muito minoritária da população geral. A Guiné-Bissau, sendo para Portugal apenas uma colônia de exploração não de povoamento, o que por alguns cientistas sociais, deve-se a resistência demonstrada pelos povos da Guiné-Bissau, logo na invasão portuguesa nas suas terras. Por esse motivo, o desenvolvimento das forças produtivas da Guiné-Bissau apresentava menor interesse para colonizador (HANDEM, 1988, p. 54). Até que, as vezes quando o regime colonial se precisou de algum indígena para algum cargo de responsável na colônia, como funções de chefe de postos administrativos, alocavam os cidadãos cabo-verdianos, assim como para demais colônias portuguesa na África.

Por isso, depois da independência do país, a estrutura do desenvolvimento econômico era praticamente inexistente. O setor industrial era totalmente embrionário, tinha por principal atividade, transformação primária de madeira, destinadas a exportação e confecção em pequena escala de alguns produtos. Apenas 0,5% da população indígena estavam empregados no setor industrial, 0,1% no terciário. Em termos sociais, em 1959, a taxa de alfabetização era de 2%, entre estes 75% através das escolas das missões católicas, cujo ensino não era oficialmente reconhecido pelo Estado do regime colonial (Idem; p. 54).

Em 1974, a estrutura colonial herdada, havia uma fábrica de cerveja, os estaleiros navais para manter os barcos de guerra coloniais, uma fábrica de óleo de amendoim para exportação, um estabelecimento portuário para escoar os produtos de exportação, um aeroporto internacional, várias pequenas unidades de produção de cachaça (exigência das tropas e funcionários urbanos), pequenas unidades de produção de cerâmica e um pequeno comércio de bens e serviços pessoais, pequenas serrarias e outras infraestruturas de exploração de madeira mal localizadas (BARROS, 2011; p. 15). Todas essas pequenas estruturas industriais ou fabris se localizavam nos centros urbanos e no capital, pela localização habitacional da população da elite econômica, enquanto uma quantidade significativa da população estabelecia relações de trocas na forma de escambo. Além disso, as tais pequenas unidades fabris já se encontravam em deterioração, ou seja, com pouco tempo útil para uso.

O sistema econômico colonial se edificava na exploração do excedente agrícola que se efetuava pelo comércio e da mais valia que o regime do indigenato⁹ permitia, que consistia em obrigar os indígenas ao trabalho forçado (HANDEN, 1988, p. 54). Antes da independência, a economia guineense se baseava, fundamentalmente, na exportação de mancarra¹⁰ e noz de coco, entretanto, deparava sempre com aumento substancial de consumo nos centros urbanos e deslocamento da mão de obra camponesa de produção agrícola para forças armadas, com isso, aumentava mais ainda o déficit da balança comercial. A estrutura do exército colonial, também, provocou desde já o êxodo rural massiva às cidades, principalmente, para o capital, Bissau, lançando as bases para insuficiência alimentar. Porém, na altura essa situação era equilibrada com superávit da balança de capital, devido às remessas dos salários dos militares coloniais. Após a independência, mesmo com forte redução do consumo, devido ao retorno dos colonialistas e os seus efetivos militares para Portugal, os militares coloniais indígenas ficaram desempregados, piorou ainda mais a situação econômica e de produção, com déficit comercial e orçamental muito alto. O setor público estava fortemente inflacionado em termos das despesas do Estado, motivado pela fusão de dois sistemas de administração. Um herdado da autoridade colonial bastante excessivo pelos esforços de ganhar a guerra e para proporcionar a situação do bem-estar aos populares dos

⁹ Classe mais baixa da população guineense no período colonial, formada maioritariamente pelos guineenses. Ou seja, a categoria da classe indígena é subversiva à classe dos assimilados, formada maioritariamente pelos cabo-verdianos.

¹⁰ Amendoim

centros urbanos. Outro trata-se de um novo poder nacionalista, com fortes anseios de implantar um poder populista nas zonas libertadas. Por isso, as novas autoridades do país embarcaram numa política, descontroladamente, expansionista, com realce para importação do arroz, produto básico da dieta dos guineenses, que nos anos de 1940 à 1950 faziam parte da lista dos produtos de exportação do país. Com isso, agravou mais os défices comerciais, já agora sem meios de pagamento do exterior (BARROS, 2011; p. 15).

Durante a luta da independência, o PAIGC contava com apoios dos países, principalmente, China do regime do Imperador Mao Tsé-Tung, antiga USSR, Cuba e alguns países do norte da Europa (Suécia, Holanda, ...). Por isso, durante a luta de independência para formação de Estado de Guiné-Bissau e Cabo Verde, delineou-se a sua política estratégica de desenvolvimento com cariz socialista ou centralizada, que materializava nas denominadas “zonas libertadas” (DUARTE, 1993, p. 263). Em sequência das deliberações do Iº Congresso de Cassacá, no âmbito socioeconómico e defesa, como, criação de armazém do povo, centros de saúde, de educação e forças armadas locais (FAL). Esses aspectos de controle total do sistema económico pelo Estado continuaram marcantes nas políticas ou estratégias de desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau no primeiro governo após a independência, porém nos moldes dos paradigmas das teorias tradicionais ou centrais, visando atingir maior nível de modernização industrial para exportar.

Logo depois da 2ª guerra mundial, nos anos de 1950, tornou muito em voga a questão da industrialização. Em quase toda África preocupava o equilíbrio da balança comercial o que levou ao processo de industrialização por substituição de importações (WALLERSTEIN, 2007; p. 126-127).

A Guiné-Bissau, sendo um dos últimos países africanos a ganhar a sua independência, apesar de ser o primeiro das antigas colónias africanas de Portugal, tinha muitas experiências dos outros Estados africanos, que entraram no processo de industrialização para se libertarem da dependência, principalmente, as antigas colónias da Inglaterra e França, como caso da Argélia e Gana. Porém, o país não soube aproveitar minimamente dessas experiências, para evitar dos erros que causaram fracasso do processo industrial dos seus congêneres da África.

“No caso concreto da Guiné-Bissau, a ingenuidade de Luís Cabral que se gabava de transformar o impossível no possível, deu origem a uma modernização do país, através de implantação selvática de pequenas unidades fabris sem mínima obediência de algum plano de desenvolvimento.

É neste mar de ingenuidade, que os dirigentes da Guiné-Bissau se lançaram numa tarefa inglória de industrializar só por industrializar, na vã esperança que uma unidade caída de paraquedista, geraria por si só todas as condições necessárias aos seus sucessos” – BARROS, 2011; pag. 14

Começou-se logo na industrialização no setor moderno, de tecnologia avançada, totalmente desvinculados das necessidades básicas da população. Portanto, foi constituída uma industrialização no setor moderno de forma muito ampla, sem capacidade de geri-la de maneira sustentável e durável, e muito menos, financiar o seu funcionamento. Durante esse período, sob liderança do primo irmão do líder fundador do PAIGC, Luís Cabral, foi criado muitos empreendimentos industriais no país. Com esses intensos investimentos na indústria por Luís Cabral deu aos guineenses uma sensação ilusória de avanço de desenvolvimento socioeconômico, pois não tinha menor sustentabilidade.

As Unidades Fabris criadas entre 1975 à 1977 (SILA, janeiro 1992):

Uma unidade fabril moderna para a produção de pranchas, para a exportação, e de madeira para o consumo interno.

A fábrica de sumos e compotas “Titina Silá”, com uma capacidade de transformação de 1500 toneladas de frutas/ano;

A fábrica de espuma “Pansau Na Isna” para produção de colchões e almofadas, com a capacidade de 61kg/minuto de espuma;

A fábrica de cerâmica de Bandim, com a capacidade de produção de 50 toneladas/dia de tijolos e telhas.

As Unidades Fabris Criadas entre 1977 à 1980 (SILA, janeiro 1992):

Complexo industrial de Cumeré: para descasque de mancará (amendoim) 70 toneladas por ano; descasque de arroz, 8 toneladas/hora; produção de óleo vegetais, 25000 toneladas/ano; produção de sabão 1toneladas /hora; alimentos para animais, 2 toneladas/hora;

Produção de mel e cera no Gabú;

Cerâmica de Bafatá;

Fábrica para produção de oxigênio e acetileno de Bissau;

Fábrica de farinha e óleo de peixe de Cacheu;

Fábrica de Curtumes;

Fábrica de artigos de plástico;

Fábrica de leite "Blufu", a partir de leite em pó;

Fundição e oficinas metalomecânicas;

Unidade de transformação de castanhas de caju; e

Unidade de fabrico e de coloração de tecido em banda.

3.1.1 - Investimento

O investimento constitui de certa forma, o tijolo com o qual se constrói uma economia. Trata-se de todos os recursos, de origem externa ou baseada em poupança interna, que são utilizados não para satisfazer as necessidades imediatas, mas para instalar máquinas, construir estradas, enfim, desenvolver a capacidade de produção. Da política de investimento depende se haverá mais estradas ou mais caminhões, mais arroz para alimentação ou mais amendoim, mais casas em Bissau ou mais tratores na agricultura. Trata-se da escolha mais importante do desenvolvimento no país: onde encontrar os recursos (DOWBOR, 1983; p. 102)?

A concentração dos investimentos é, na realidade, da maior parte dos esforços de desenvolvimento na cidade de Bissau reforçou um desequilíbrio característico dos países subdesenvolvidos, o desequilíbrio cidade-campo. Em toda a África o colonialismo desenvolveu as capitais portuárias, desleixando o interior do país. Isso porque lhe interessava escoar a produção para o mar, para o exterior. Em vez de capitais centrais, dinamizadoras de desenvolvimento, fizeram-se capitais portuárias, intermediárias entre os produtores de matérias-primas e o comprador estrangeiro. A miséria e a exploração do campo, a ausência de infraestruturas criou o fenômeno de fuga para as cidades, muitas vezes dos melhores quadros camponeses, que afluem à cidade para resolver os seus problemas individuais, desesperados de poder influir sobre o desenvolvimento das suas próprias regiões rurais.

Também, a situação do êxodo rural, que era motivado pela centralidade dos investimentos em Bissau, capital, devido a realidade do período colonial, pela guerra, porque, o movimento de libertação instalou-se as suas bases no interior do país, por isso, são alvos das ataques das forças coloniais e constituem campos de combate. No governo do PAIGC, na Primeira República, essa situação permaneceu na mesma. A política de investimentos adotada caracterizou-se antes de tudo pela concentração dos recursos no capital do país, com mais de 54%, que abrigava apenas um pouco mais de 14% da população nacional (idem p. 102).

Quadro 14: Distribuição Regional do Investimento em 1979

Região	% do Investimento	% da População
Bissau	54,8	14,1
Biombo	2,2	7,4
Cacheu	5,4	17,2
Oio	10,2	17,8
Báfata	9,0	15,1
Gabú	8,3	13,6
Quinara	1,7	4,6
Tombali	4,2	7,1
Bolama	4,2	3,3

Fonte: Dowbor; 1983

A canalização da maior parte dos recursos para Bissau é um pouco compreensível, pois ali se situam já os melhores quadros, há mais facilidades, há mais capacidade de pressão. Mas não se justifica, pois é um dos desequilíbrios fundamentais herdados do colonialismo e que devem ser corrigidos é justamente o desequilíbrio entre a capital e o interior. Assim, em vez de corrigir o desequilíbrio, acaba-se por agravá-lo, ficando as populações do interior mais desprovida que nunca (idem, p. 104). Ainda, conforme Dowbor, esta deformação na distribuição regional dos recursos de investimento refletiu-se diretamente na principal base produtiva do país, a agricultura. Assim, o setor que ocupa 90% dos trabalhadores recebeu a seguinte proporção de investimento:

Quadro 15: Evolução do Investimento na Agricultura

ANO	%
1978	6,1%
1979	11,0%
1980	15,0%

Fonte: DOWBOR; 1983; p. 104

A proporção, mesmo sendo crescente, é baixíssima, e amplamente insuficiente. Ainda assim tem vozes que defendiam que o país é demasiado agrícola, diziam-se, é preciso concentrar os esforços no desenvolvimento industrial, que estava mais atrasado, ignorando o fato que, para ter indústrias, é preciso desenvolver a sua base, e a base no país é a agricultura.

Os investimentos, concentrados em Bissau, ainda assim não refletiam, muitas vezes, as prioridades do desenvolvimento. É o caso da EGA, que, ao montar automóveis Citroen com peças importadas da França, criava uma fonte permanente de evasão de divisas (idem, p. 104). Igual a essa situação, caso de complexo industrial de Cumere.

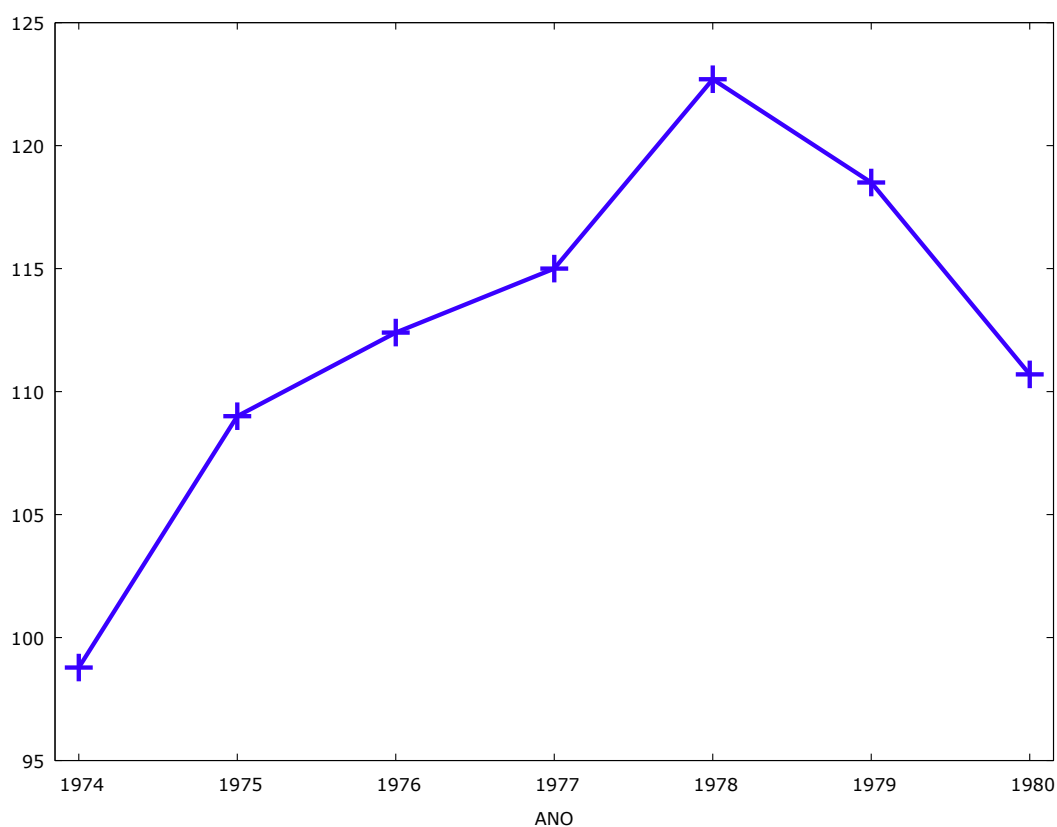
Outro exemplo, é o da auto-estrada de Bissau-Bissalanca (Av. Combatentes de Liberdade da Pátria, antiga Av. 14 de Novembro). A antiga estrada permitiria ainda sustentar o tráfego por muitos anos, e criava-se, com elevado dispêndio de divisas, uma estrada de luxo, enquanto no interior os agricultores deixavam de escoar a sua produção por falta de transporte, dificultando inclusive a alimentação em Bissau. Outros projetos eram mais adequados, mas sobre dimensionados, era o caso do complexo agroindustrial de Cumeré. Hoje ali está o monumento, a lembrar que o desenvolvimento se faz passo a passo, cada passo preparando o passo seguinte. A concepção é certa, deve-se cada vez mais transformar localmente os produtos. Mas não se pode avançar para grandes unidades de transformação acelerada quando a produtividade agrícola ainda não progrediu. Comprou-se o equipamento mais moderno quando o agricultor, que alimenta este equipamento com o seu produto, ainda trabalham com arado rudimentar e quando os técnicos ainda não ganharam experiência de utilização de equipamento moderno em unidades menores. A indústria constata-se hoje, tanto pode dinamizar o desenvolvimento, como atrasá-lo. Os lucros podem ser grandes, e grandes também os prejuízos. Outro problema-chave das opções de investimento está ligado à escolha das soluções tecnológicas. O problema hoje não é a aquisição de novas tecnologias, que existe no mundo, e sim da sua aplicação produtiva, de sua utilização real. O trator constitui um símbolo de modernização das atividades rurais. No entanto, que chances há de generalizar o uso dos tratores no campo, hoje? Nem o camponês está preparado para dominar e assimilar esta nova tecnologia – salto demasiado grande entre o arado que ora usa e a potência do trator – quando nem o país dispõe das infra-estruturas – assistência técnica, peças, combustíveis etc. – que essa tecnologia exige. Gastou-se muito em

equipamento sofisticado, que hoje se encontra em grande parte parado à espera de conserto ou de peças, em vez de generalizar a tecnologia simples que, sem grandes saltos, permite o avanço mais lento mas sem retrocessos do conjunto da capacidade produtiva (idem; p. 106).

3.1.2 - Evolução do PIB (1974-1980)

Com o choque de intensos investimentos na industrialização da economia do país, no primeiro momento criou um quadro ou ambiente ilusória de desenvolvimento socioeconômico, pois, apenas consistia no financiamento externo dos investimentos sem viabilidade econômica com a situação ou estrutura econômica do país.

Figura 06: Gráfico da evolução do PIB de 1974 – 1980 (em milhões de dólar)



Fonte: Dados do BM

Ao longo desse período, pelas políticas de industrialização intensiva empreendida pelo governo, proporcionou um aumento, quase constante do índice do PIB, na taxa média de 1,1%, tendo o ano 1974 como base constante. Isso se deve às possibilidades de financiamento estrangeiro que o país tinha, pela inundação do sistema financeiro dos petrodólares faturados pela sobrevalorização do petróleo durante a crise de 1973. Mas, quando começou a se tornarem escassas as fontes de financiamento externo, causou logo a queda do PIB a partir do ano 1978 à 1979, como se pode constatar no gráfico acima.

3.2 - Estratégia de Desenvolvimento na Segunda República (1980 - 1992)

A partir de 1978, foram organizados os orçamentos de investimentos, levando todos os Ministérios a definir os seus programas para o ano, com listas de projetos e avaliação dos custos em pesos e em divisas. Em 1979 foi realizado o recenseamento geral da população, que deu pela primeira vez a idéia precisa da população, dos recursos humanos do país, da sua distribuição geográfica, do número de vilas e da sua localização, além de outras informações. E em 1980, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento bienal de 1980-1981, amplo estudo de todos os setores da economia, que deu pela primeira vez uma visão global das iniciativas tomadas nos últimos anos e programadas para o biênio, deixando claros, inclusive, os desvios que estavam ocorrendo relativamente à estratégia definida. Nos finais de 1980, o Movimento Reajustador de 14 de novembro veio trazer transformação profunda a nível político, transformação que levou, em nível da economia, à aprovação do Programa Provisório do Governo em julho de 1981 e à confirmação das principais orientações e do papel do Plano no I Congresso Extraordinário em novembro do mesmo ano. Assim, ao entrar em 1982, o Ministério da Coordenação Económica e Plano considerou que estavam reunidas as condições mínimas para lançar a preparação do I Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir de 1983, por um período de quatro anos, ou seja, o Iº Plano vai de 1983 a 1986 (Idem; p. 71-73).

3.2.1 - Iº Plano Nacional de Desenvolvimento

Como destacado antes, as estratégias das políticas ou modelos de desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau nos primeiros momentos da independência do país adotadas pelos seus dirigentes teve influência das políticas

ou modelos dos seus principais parceiros e apoiastes durante a luta contra o jugo colonial. Desta vez em 1982, foi adotado um plano estratégico de desenvolvimento socioeconômico do modelo de planejamento da antiga URSS, a ser materializado de 1983 a 1986 (Idem; p. 90; BARROS; 2011; p. 23).

A demora prende-se, sobretudo à lenta implantação tanto dos sistemas de informação necessários para um plano realista (número total da população, produção econômica total do país ou PIB, etc...), como dos sistemas de execução que asseguram que o Plano levará a modificações concretas em nível da economia. E de pouco adianta redigir um plano antes de existirem as estruturas de sua aplicação. No país, estas estruturas na altura ainda estavam em fase de construção, e deverão reforçar-se em função da prática da execução do primeiro plano de desenvolvimento.

Após a independência, as primeiras iniciativas econômicas foram feitas sem plano, sob a pressão das necessidades mais prementes. Não era necessário um plano para se saber que era necessário formar quadros, abrir centros de saúde, organizar os Ministérios, comprar ônibus. Com o tempo, no entanto, o volume e a importância das iniciativas foram aumentando, e é preciso constatar que a relativa fraqueza do Plano, ou a generalização da consciência da sua necessidade levou a muitas iniciativas individuais ou isoladas em diversos níveis. A multiplicação de atividades desconexas levou ao investimento e esforços em organizá-los através de um Plano macro.

Em termos de progressão da implantação do sistema de planificação, o ponto de partida foi a elaboração da estratégia de desenvolvimento, que definiu as opções por um desenvolvimento equilibrado e voltado para as necessidades da população. Em função da estratégia assim definida, passou-se a reforçar cada vez mais a avaliação dos projetos implantados ou por implantar no país (DOWBOR; 1983; p. 73-74).

O Iº PND, por ser o primeiro plano geral de desenvolvimento socioeconômico do país, é o principal foco para compreender a situação endêmica e estrutural da economia guineense. Isso não significa que foi precisamente a partir desse período que começou a apresentar os problemas na economia guineense, o que é uma situação herdada em consequência da colonização e os períodos seguintes em que quase nada mudou e continuou-se reproduzindo ou retroalimentando a mesma estrutura anterior.

O Iº Plano apresentou as suas diretrizes em nove (9) pontos principais (idem; p. 82-89):

1) a mobilização para o desenvolvimento, com particular atenção sobre as atividades da massa rural, que constitui a esmagadora maioria da população;

2) o governo promove e orienta o desenvolvimento, assegurando à população as condições de vida e de trabalho cada vez melhores;

3) a transformação gradual dos projetos isolados em programas, de modo a permitir melhor coordenação das iniciativas e a sua adequação às necessidades do mundo rural;

4) a implantação de infraestrutura a nível regional e local, para atingir o produtor local;

5) deveria ser fixado o setor moderno, a dinâmica de pôr para funcionar o parque de equipamento já instalado, antes de se criar novas unidades. E em particular, o das empresas industriais, que deverão organizar, racionalizar e planificar o setor de maneira a se atingir a meta concreta de 60% de utilização média da capacidade instalada. A orientação para o setor moderno será de organizar as empresas internamente, mas também lançar um conjunto de programas destinados a todo o setor moderno:

- medidas interna, a nível de cada empresa: formação, organização, administração, contabilidade, disciplina, reforço das atividades orientadoras do Partido e do sindicato;

- medidas externas em nível de todo o setor: formação profissional, criação de programas de importação de peças sobressalentes, de assistência técnica de manutenção, elaboração de normas salariais e de promoção, dinamização geral e promoção da planificação empresarial.

6) a constituição de uma série de redes de apoio ao desenvolvimento rural, visando promover a agricultura popular e levar os camponeses a tomar em mãos o seu próprio desenvolvimento. Isso para enfrentar o problema das redes de abastecimento da população em bens de primeira necessidade e meios de produção agrícolas, rompendo o

relativo isolamento que o mundo rural sofre desde a independência, e voltando a interessar o agricultor por uma produção mais elevada e uma comercialização maior do seu produto. Também para organizar os serviços de crédito agrícola, associado aos centros de abastecimento em meios de produção, para que o agricultor possa iniciar a sua acumulação mesmo se não tem os recursos iniciais para o investimento;

7) o papel da formação de quadros;

8) a adaptação do aparelho do Estado às exigências do desenvolvimento; e

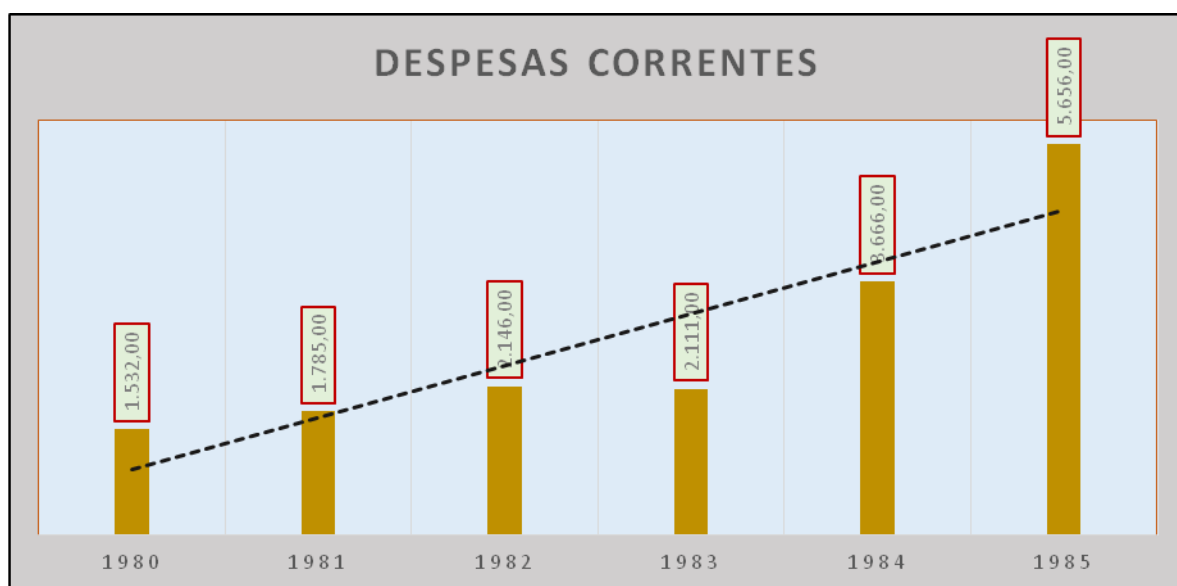
9) reforço do conjunto do sistema de controle da economia, visando tanto a correção dos desequilíbrios herdados como a gestão racional e aplicação rigorosa dos recursos nacionais.

3.2.1.1 - Despesas e Finança do Iº PND

A única forma de o Estado dispor de mais recursos para aplicar na materialização do seu plano de investimento, é aumento de produção da economia. Havendo mais produção, o país pode exportar e, conseqüentemente, o governo pode levantar impostos, dispor de recursos reais. Porém, os recursos do país foram concentrados na cidade, sem considerar o aumento significativo da produção: nem no campo, que não teve acesso a recursos suficientes, nem na cidade, onde a aplicação destes recursos não foi produtiva. O governo pode emitir moeda, mas provoca a sua desvalorização.

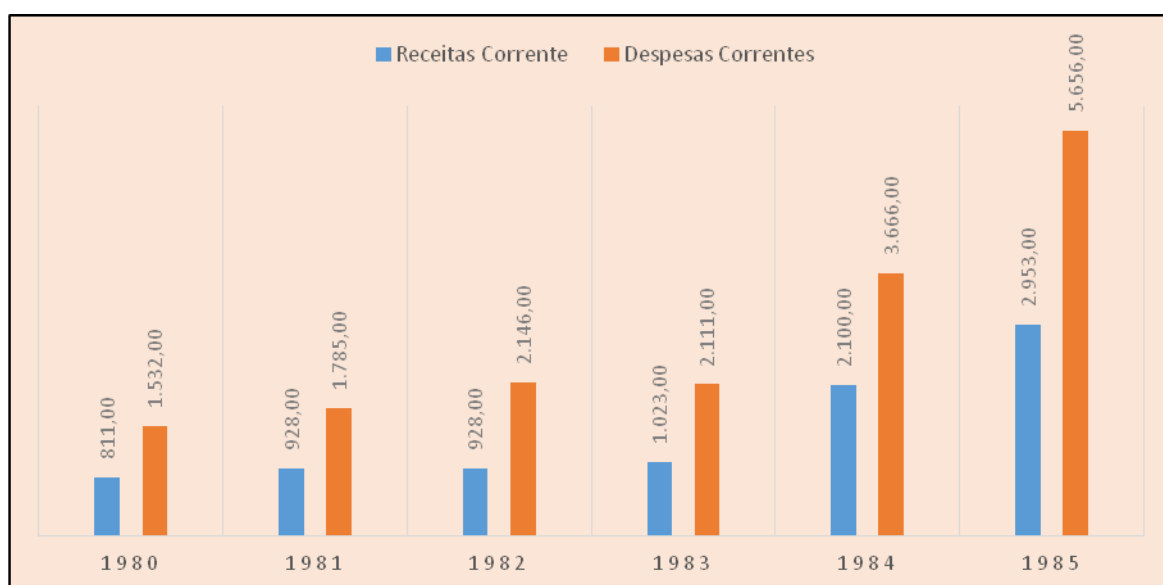
O governo dispõe de receitas que pouco aumentam, enquanto as despesas correntes só tendem a aumentar rapidamente. Para pagar os seus funcionários, vê-se obrigado a emitir moeda em quantidade crescente. Como a quantidade de produto no mercado não aumenta, os preços sobem e os aumentos salariais desaparecem, prejudicando todos os trabalhadores.

Figura 07: Gráfico das Despesas do Estado (1980-1985)



Fonte: Dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

Figura 08: Gráfico das Despesas e Receitas do Estado (1980 – 1985)



Fonte: Dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

Portanto, o Estado mal cobre a metade de seus gastos de funcionamento, com impostos diretos e indiretos, sem falar das grandes despesas de financiamento do desenvolvimento que são necessárias. Assim, o financiamento externo, em vez de

constituir o impulso inicial do desenvolvimento, constitui cada vez mais o eixo vital da economia, colocando o país numa situação difícil de dependência.

Evolução dos preços no mercado mundial, tem favorecido as exportações, levando a uma entrada de divisas em média de 2.75 bilhões de Peso por ano. Mas a capacidade interna de produção, única base sólida de desenvolvimento, não avançou suficientemente, com essa situação, a queda nos preços internacionais vai causar um choque fortemente negativo na economia do país. Também, em paralelo as importações têm crescido muito rápidas, atingindo um volume anual muito maior do que tinha sido previsto.

Quadro 16: Utilização do PIB de 1984 à 1986 (preços corrente)

Discriminação	1984*		1985*		1986*	
	milh. Pesos	%	milh. Pesos	%	milh. Pesos	%
Cons. Geral	18.097,00	108,40	28.025,00	111,00	37.826,00	110,00
Cons. Privado	13.73,0	83,70	21.909,00	86,80	29.675,00	86,60
Cons. Público	4.124,00	24,70	6.116,00	24,20	8.151,00	23,80
Exportações	2.262,00	13,50	2.488,00	9,90	3.262,00	9,50
Importações	- 8.668,00	- 51,90	- 13.354,00	- 52,90	- 17.660,00	- 51,10
PIB	16.700,00	100,00	25.238,00	100,00	34.264,00	100,00

*Dados Provisório

Fonte: Dados do MP da Guiné-Bissau

Como assegurou Dowbor (1983), só para financiar as importações, é necessário encontrar cerca de 50 milhões de dólares, por ano, de financiamento em divisas, além das necessidades de funcionamento dos projetos de investimentos. O aumento do preço do petróleo, que se multiplicava nos anos 80, agravou mais ainda este quadro, tornando-o realmente dramático.

Além disso, a crise vigente tende a tornar a situação cada vez mais difícil, com um recuo dos financiamentos do tipo “ajuda ou doação”, e o reforço dos financiamentos

comerciais, pelos quais é preciso pagar altas taxas de juros, além de serem dificilmente renegociáveis. À medida que a situação interna e externa foi-se tornando mais difícil, o governo viu-se forçado a recorrer a cada vez mais aos empréstimos, em condições cada vez mais desfavoráveis, levando o país à situação de se endividar tanto, com juros extremamente altos. Assim, o essencial das divisas ganhas com a exportação serve para pagar juros e reembolso das importações já consumidas, agravando a situação e fechando o círculo vicioso.

Conforme Ladislau Dowbor (1983), a ajuda externa recebida pela Guiné-Bissau a título de donativo era indecisa. Os organismos que fornecem a ajuda deste tipo orientam-se por critérios de utilidade real dos fundos fornecidos, em termos de melhoria das condições de vida e de produção econômica. O fato de grande parte da ajuda ter sido orientada para projetos não prioritários, que não melhoram as condições de vida das populações, prejudicou fortemente o acesso às fontes de financiamento. Nisso deu-se no seguinte resultado, enquanto aumentam as necessidades em financiamento externo, estes se tornam mais difíceis de obter, tanto na área privada comercial que vê os empréstimos ao país como um risco crescente, e endurece as condições, como na área pública, preocupada em ver o reflexo humanitário e produtivo das suas iniciativas. Rompendo a unidade cidade-campo, desintegraram-se o processo de modernização e de dinamização rural, prejudicando o conjunto de iniciativas de desenvolvimento, inclusive os grandes esforços de constituição de infra-estruturas econômicas. Estas, que só podem ser economicamente viabilizadas através do aumento real da produção que tornam possíveis, ficaram com dificuldades inclusive de financiar os seus custos de manutenção e funcionamento.

3.2.1.2 - Investimento

Sobre os recursos financeiros, o Estado arrecada recursos insuficientes face as suas despesas correntes, principalmente os salários dos servidores públicos, e quanto mais para investimento. E, quando do Iº Plano país dispõe da sua moeda própria. Esse fato, entretanto, dá ao Estado dois meios de fazer os seus gastos, através da moeda local, peso¹¹, e em divisas.

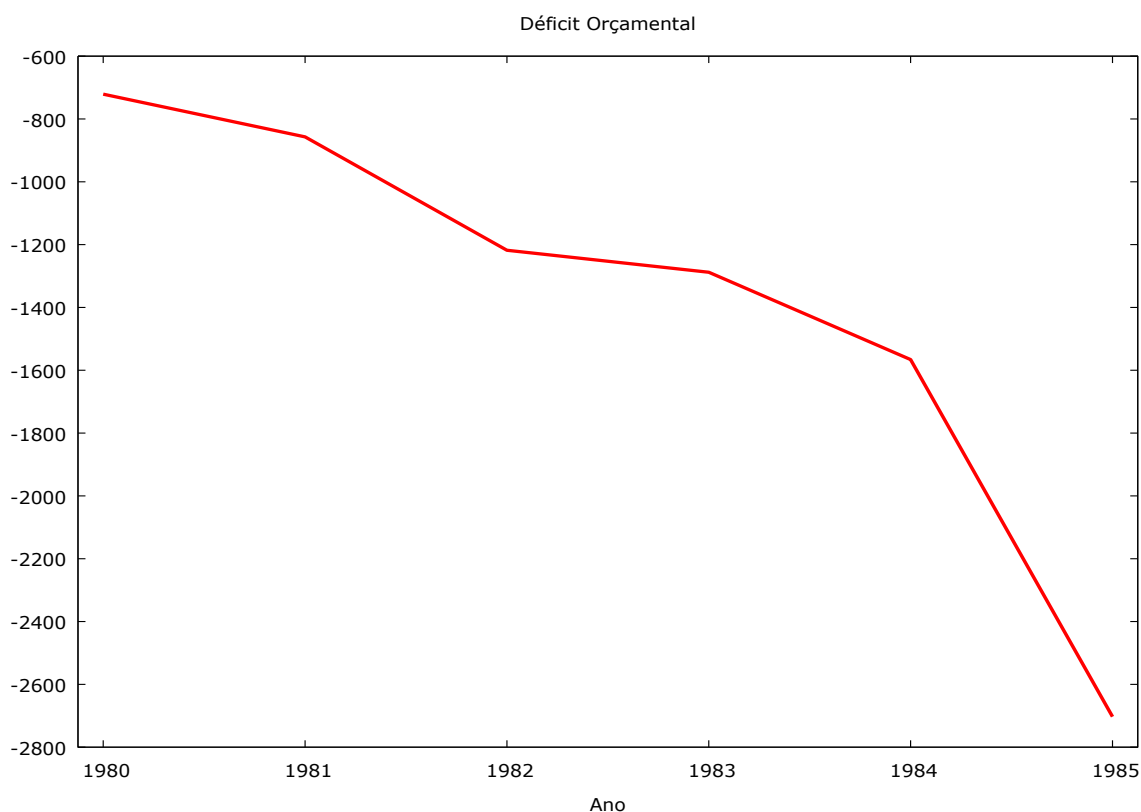
¹¹ Nome da moeda nacional, que foi até maio de 1997 antes da adesão ao bloco econômico monetário da sub-região, UEMOA.

Quadro 17: Orçamento Corrente de 1980-1995 (em milhões de PG)

Descrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Receitas Corrente	811,00	928,00	928,00	1.023,00	2.100,00	2.953,00
Despesas Correntes	1.532,00	1.785,00	2.146,00	211,00	3.666,00	5.656,00
Déficit Corrente	- 721,00	- 857,00	- 1.218,00	- 1.288,00	- 1.566,00	- 2.703,00

Fonte: Dados do Ministério das Finanças GB

Figura 09: Gráfico da Evolução de Déficit Corrente do Estado (1980 – 1985)



Fonte: Dados do Ministério das Finanças GB

Déficit público tende a aumentar, aprofundando cada vez mais. Entretanto, dada à insuficiência dos recursos financeiros arrecadados pelo governo, vê-se obrigado em emitir mais moedas, para cobrir as despesas correntes. Com isso gerou mais inflação, pelo aumento da demanda dos produtos, cuja produção é constante. O problema da divisa, que não é emitida pelo Estado, constituiu a maior dificuldade.

“A solução neste campo é fundamentalmente simples, e coincide com o objetivo estratégico do Plano: aumentar a base produtiva do país. Com efeito, não há nenhuma manipulação monetária ou fiscal que permita substituir a base fundamental da moeda: o de haver produto correspondente. A desvalorização da moeda sentida em particular nas zonas de fronteira comprova este fato: sem produto em quantidade como contrapartida, a moeda é apenas papel. O problema dos recursos em pesos para o desenvolvimento transforma-se, portanto numa orientação simples: os pesos serão disponíveis prioritariamente para toda atividade que resulte em aumento real da produção, ou seja, toda atividade vinculada com a busca da auto-suficiência alimentar e os sob objetivos do I Plano” ((DOWBOR, 1983; Pag. 107).

Com isso, percebe-se fundamental importância de aumentar a produção nacional, para dar sustentabilidade mais estável às políticas de expansão monetária do governo. Igualmente, é importante dinamizar solidamente dois eixos de exportação que podem aumentar as disponibilidades em divisas: a pesca e a madeira. Enfim, para eliminar a situação de dependência financeira externa.

Assim, as orientações e objetivos definidos no Iº PND e em textos oficiais parecem assegurar melhor perspectiva em termos de balança de pagamentos, já que lança as bases das soluções em médio prazo. Com efeito, devem-se considerar os argumentos seguintes:

“- o setor alimentar constituirá, em médio prazo, área importantíssima de exportações a nível mundial, e promoção da auto-suficiência alimentar prevista pelo objetivo estratégico do plano economizará divisas ao reduzir importações alimentares;

- a política de mobilização rural, e em particular de abastecimento interno às populações, constituirá uma forma privilegiada de recuperar milhões de dólares perdidos com a exportação clandestina e emigração sazonal;

- a orientação dada para o setor moderno, de racionalizar e consolidar o parque existente sustará a enorme sangria de divisas que os investimentos modernos exagerados têm provocado, sem contrapartida em produtos;

- a orientação da economia para as necessidades básicas da população recuperará muito do prestígio do país junto às fontes de financiamento que são as mais importantes para nós, ou seja, as que fornecem ajuda bilateral e multilateral em condições particularmente favoráveis;

- a orientação para a racionalização das importações e financiamentos por programas permitirá reduzir sensivelmente os enormes desperdícios que se têm verificado nesta área;

- “a própria orientação do desenvolvimento, baseada na busca de um nível mais elevado de produção rural, reduzirá sensivelmente perdas como as dos projetos de Cumerê, autoestrada e outros projetos que custaram e custam milhões de dólares.” – Iº Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Guiné-Bissau, Apud, Dowbor; 1983; pag. 109-110.

No entanto, veio a constatar-se fraco investimento do governo nessas atividades, consideradas determinantes para auto-suficiência financeira do Estado.

Até 1986, foram implantadas seguintes unidades industriais: Folbi, uma unidade de folhados e contraplacados de madeira, apoiado e mantido sob gestão sueco; Cerâmica de Bafatá, Guimetal, uma unidade metalomecânica; Ometal, unidade de transformação e produção dos metais; ect...

Também as tentativas de criação de uma unidade de produção de fósforo e unidade de tratamento de tomate (BARROS; 2011; p. 41).

3.2.1.3 - Câmbio

As medidas visando a redução das despesas públicas do consumo das famílias provocaram fortes impactos na vida social dos guineenses.

A desvalorização do Peso que foi forte e continua dos quatro (4) anos seguidos, conseqüentemente aumentou os custos das importações, sendo país muito dependente das importações, essa situação causa rapidamente, uma perda do poder de compra das famílias. Os mais atingidos foram os assalariados, em particular os funcionários públicos, que eram maioria da população, pois tiveram salários congelados.

Quadro 18: Índice de Câmbio e Salário de 1983 a 1986

Descrição	Ano			
	1983	1984	1985	1986
Índice da taxa de Câmbio	100	250	377	483
% de aumento de salário	---	49,00%	30,00%	30,00%

Fonte: BISE; 1988

3.2.1.4 - Dívida Externa

Com a situação de aumento constante de déficit orçamental da economia guineense naqueles anos, passaram a ocorrer mais desequilíbrios na balança comercial, e mais constância de políticas expansivas para industrialização, assim como outros fatores de degradação da situação macroeconômica.

Conforme o índice da dívida externa, através dos dados do Ministério de Plano, constata-se um ligeiro aumento da mesma. De 1982 para 1983 dívida externa aumentou 21,2%, de 1984 para 1985 foi de 23,3%. Nesse período verificou-se um ligeiro aumento das dívidas, que deve à escassez dos recursos financeiros no sistema financeiro internacional.

3.2.1.5 - Evolução do PIB (1982-1986)

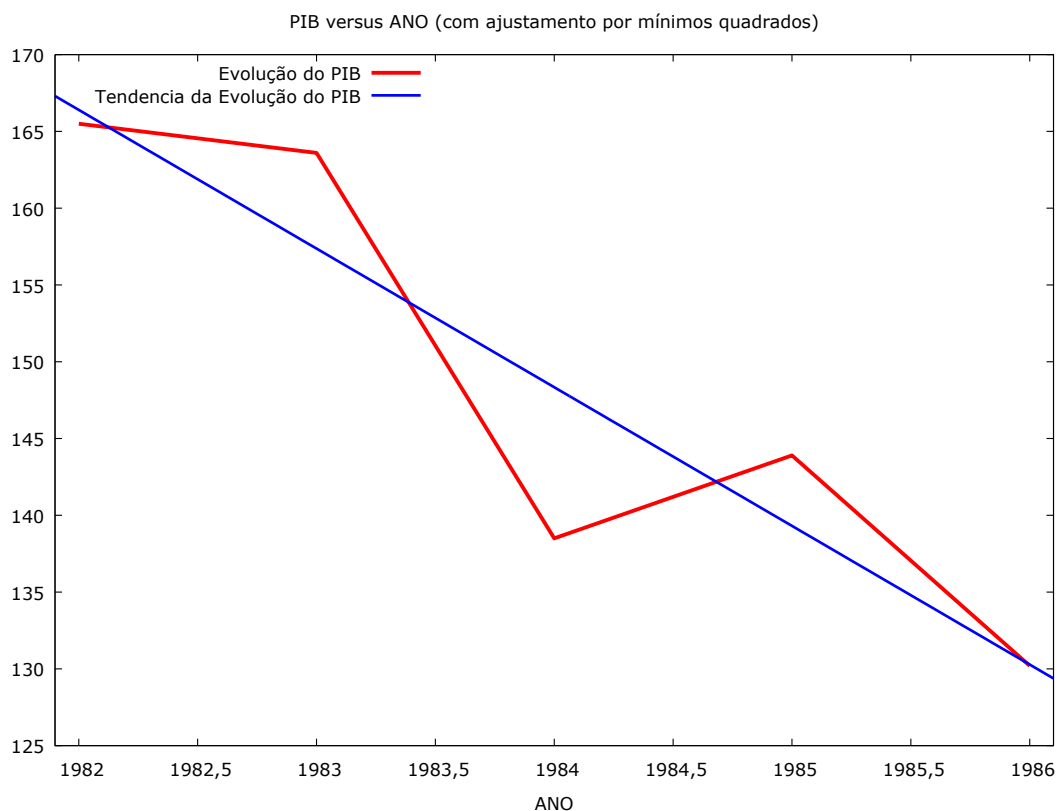
Com a situação acima ilustrada, observou-se uma queda constante do PIB do país, ao longo do período do plano, com uma tendência média de 33,1 milhões de dólar, correspondente ao 4,5%.

Nesse mesmo período, a economia internacional, era assolada com a segunda crise do petróleo, por isso, a Guiné-Bissau deparava com carência de financiamento e alto custo de importação dos produtos estrangeira, dos quais dependia tanto, pela sua estrutura econômica e industrial que criou após a independência.

Em 1984, quase até primeira metade de 85, o PIB apresentou um pequeno crescimento, porém, esse crescimento não perdurou tanto, aprofundou ainda mais,

devido as consequências das políticas econômicas adotadas pelo governo, durante os difíceis períodos antecedentes, principalmente, a expansão monetária, para cobrir as despesas do governo.

Figura 10: Gráfico da Evolução do PIB de 1982-1986 (em milhões de dólar)



Fonte: Dados do Banco Mundial

3.2.1.6 - Inflação

Nesse período, a inflação tendeu-se a uma situação de queda livre nos dois (2) anos seguidos. Em 1980, saiu de mais de 65% para 40% em 1981. De 1981 para 1982 caiu para menos de 20%. Isso deve relacionar-se com a situação da conjuntura política de golpe do movimento reajustador em 1980, que também causou uma retração na produção econômica (Ver Anexo C e D).

De 1983 para os anos seguidos, começou-se a ser empreendidas financiamentos internos por vias de aumento da massa monetária, isso revitalizou o crescimento exponencial da inflação, atingindo em 1985 mais de 115% (SANHÁ; 1988; p. 43).

3.2.2 - IIº Plano de Desenvolvimento Socioeconômico

O IIº PND foi elaborado para ser implementado durante quatro (4) anos, que vão dos períodos seguidos do Iº PND, de 1987 à 1990.

Assim como Iº PND, o IIº PND se baseia no sistema liberal, da economia do mercado, diferentemente, nos períodos logo posterior a independência, que era sob sistema econômica planificada. Isso, devido a instrução das instituições de Bretton Woods, que aconselharam ao então governo guineense para integrar-se na regulação da sua situação econômica, visto que, agravava mais a sua situação macroeconômica com modelo planificado.

Economia guineense apresentava desequilíbrios macroeconômicos interno, alto endividamento, fracasso do plano de desenvolvimento, o que conduziu à adaptação e implementação de um programa de ajustamento estrutural (PAE), logo em 1987, proposto pelas instituições de Bretton Woods, que seguidamente vou analisar com mais detalhes. Portanto, o IIº PND nem chegou a ser implementado.

Paulo Gomes, analisando as causas de fracasso do plano de desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, assegurou que o modelo de desenvolvimento que tem sido seguido no país, não passa de uma cópia do modelo europeu no século XIX, e que tem sido um fracasso para todos que o aplicaram.

3.2.3 - Plano de Ajustamento Estrutural (PAE)

O PAE caracteriza-se por um processo de ajustamento das estruturas de produção, despesas e do emprego de economia nacional, face às alterações das condições econômicas ou de comércio internacional. Referem-se a um conjunto de reformas de política econômica recomendadas pelo FMI e pelo BM como condição para o acesso aos empréstimos e destinado a fomentar mudanças estruturais nos países em desenvolvimento, que se deparam com problemas de dívidas externas altas. PAE visa efetuar ajustamento da situação estrutural da economia guineense a médio e longo prazo, fase de estabilidade (1987-1989) e fase de desenvolvimento auto-sustentado (1993) (MAANEN; 1996; p. 31).

Estes programas de base teórica tradicional ou centrais, enfatizam uma maior orientação para as exportações e uma maior ponderação das importações, bem como uma redução da intervenção do sector público na economia, devido ao excessivo número de empresas públicas e de monopólios estatais de comercialização, por uma carga fiscal e pela concessão de subsídios que distorcem o comportamento dos agentes econômicos e dos preços nos mercados. Segundo o Convênio do FMI, os países membros com balanças de pagamentos deficitárias poderiam aceder aos empréstimos mediante um compromisso de adoção das medidas preconizadas pelo PAE que conduzissem à eliminação dos desequilíbrios de forma duradoura e controlada pelo próprio FMI (BARROS; 2011; p. 41-42).

Nas décadas de 80, um número considerável dos países africanos, quase todos, são submetidos ao Programas de Ajustamento estrutural, criados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Isso, devido à crise financeira, causada pela crise de petróleo. A vulnerabilidade gerada pelo endividamento externo, obrigou países como a Guiné-Bissau a substituir as estratégias seguidas de desenvolvimento e a colocarem-se nas mãos do BM e do FMI na defesa das suas políticas socioeconômicas. No final de 1985, a conta da economia guineense apresentava uma dívida expressiva, inflação muito alto, ou melhor, uma situação extremamente crítica. Por isso BM e FMI propuseram a adoção do PAE em face de essa situação. Que foi dividido em duas fases, médio e longo prazo. A de médio prazo, visa a estabilização macroeconômica, e vai de 1987 à 1989. A de longo prazo, vai de 1990 à 1993, visa empreender desenvolvimento auto-sustentado. Para além da assistência financeira que concede aos países com dificuldades nas suas contas externas, o FMI desempenha ainda importantes funções de aconselhamento técnico e de supervisão financeira e econômica dos países membros. FMI comprometeu em apoiar a facilitação do programa, enquanto, o BM em creditá-lo. E outros parceiros bi e multilaterais BAD, CEE, governo da Suíça, Holanda e mais outros, apoiaram para equilibrar balança de pagamento país, fornecendo produtos alimentícios como donativos.

PAE apresenta dez (10) principais medidas macroeconômicas (Williansom, 2003; p. 13):

1 Disciplina fiscal: contração das despesas públicas no sentido do equilíbrio orçamental. Défices orçamentais excessivos e duradouros são fonte de derrapagem da inflação, de crises na balança de pagamentos e de volatilidade dos capitais;

2. Reestruturação das despesas públicas: redução de subsídios (em particular, subsídios não direcionados) a fim de reorientar as despesas públicas para investimentos em áreas como a educação, a saúde e infraestruturas;

3. Reforma fiscal: ampliação da base fiscal (mediante a generalização do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por exemplo) e redução das taxas de imposto marginais;

4. Liberalização das taxas de juro: liberalização assente em dois princípios – taxas de juro determinadas pelo mercado e taxas de juro reais positivas e moderadas. Na década de noventa, a liberalização das taxas de juro é substituída pelo princípio mais abrangente da liberalização financeira;

5. Taxas de câmbio competitivas: desvalorização da moeda, num regime de câmbios fixos, ou a sua própria depreciação, num regime de câmbios flexíveis, tendo como objetivo, garantir a competitividade do preço das exportações;

6. Liberalização comercial: liberalização das importações (em especial, importações de inputs intermediários), mediante a redução das tarifas aduaneiras e a eliminação das quotas de importação e de outras barreiras ao comércio internacional;

7. Liberalização dos fluxos de IDE: supressão das barreiras à entrada de investimento direto estrangeiro (IDE);

8. Privatização: transferência dos negócios públicos para o sector privado;

9. Desregulamentação: abolição das regras que travam a iniciativa privada e a livre concorrência;

10. Proteção dos direitos de propriedade: reforço dos direitos de propriedade, em prol do sector privado em geral e do sector informal em particular.

Quadro 19: Financiamento do PAE

Financiamentos do PAE (em milhões de dólar)		
Instituições ou Países	Financiamento	%
Financiamentos Principais (Créditos)		
Banco Mundial/IDA	13,45	26,74
Banco Mundial/Facilidade Especial para África	5,47	10,87
Suíça	5,96	1,85
FAD	11,8	23,46
Arábia Saudita	3,21	6,38
FMI	1,9	3,77
Total dos Financiamentos Principais	41,79	83,09
Financiamentos Excepcionais (Donativos)		
CEE	4	7,95
USAID	2	3,97
Itália	2,5	4,97
Total dos Financiamentos Excepcionais	8,5	16,90
Total dos Financiamentos	50,29	100

Fonte: SANHÁ; 1988

No geral, o PAE pretendia minimizar o grande tamanho dos Estados africanos, que tiveram influência do socialismo, pelos seus aliados nas lutas de descolonização. Por isso, se restringe mais na redução das despesas e dívida dos Estados. Pelo que, a análise dele (PAE) na Guiné-Bissau, também, vai focalizar nesses aspectos. A discussão do PAE é muito controversa. Tem vozes a favor as suas estratégias, atribuem como causa do seu fracasso, a falta do cumprimento com as suas mediadas, por parte dos responsáveis políticos, e por corrupção extrema dos mesmos. As posições contra, defendem que as medidas de estruturação do PAE, não condizem com situação estrutural real da Guiné-Bissau. Mas trabalho visa apenas analisar os resultados macroeconômicos do desenvolvimento socioeconômico do país, não tentar comprovar

as veracidade de alguma teoria econômica ou política sobre PAE (MONTEIRO; 1996; p. 11).

Os principais objetivos do PAE no caso específico da Guiné-Bissau, visa seguinte (SANHÁ; 1988; p. 39):

a) Reduzir o déficit da conta corrente da Balança de Pagamento a um nível suportável com finalidade de atingir, em médio prazo, uma situação viável da Balança;

b) Reduzir déficit orçamental a um nível aceitável ou razoável;

c) Estimular crescimento dos setores produtivos da economia; e

d) Reduzir progressivamente a taxa de inflação, e conseguir estabilidade razoável dos preços.

3.2.3.1 - Investimento

O PAE visa essencialmente, reduzir os encargos do Estado, para permitir arrecadar algumas receitas. Mas, apesar da redução da intervenção do Estado no Balanço de Pagamento, os défices continuaram irreversíveis.

Quadro 20: Contas Fiscais 1989 – 1993 (em milhões de Peso)

Descrição	1989	1990	1991	1992	1993
Receita Total	183,05	180,06	153,96	133,94	176,51
Receitas Tributados	19	38,39	33,17	20,97	45,25
Comercio Internacional	9,6	23,33	19,69	10,88	29,36
Receitas não Tributados	33,83	51,75	39,57	30,33	40,65
Licença Pesca	30,1	46,42	35,41	21,3	38,18
Receitas Extraordinárias	0	0	0	6,75	5,88
Transferências Externas	130,22	89,92	81,22	75,29	84,72
Despesas Totais	240,21	211,98	251,46	243,7	218,72
Salários	22,03	20,4	25,87	20,91	17,7
Bem e Serviços	31,5	29,62	33,04	28,12	23,61
Transferências	8,01	6,83	8,67	7,73	9,94
Juros	26,85	21,21	33,9	25,39	29,83
Capital	151,82	134,18	149,97	161,55	137,65
Défice Global	-57,16	-31,92	-97,5	-109,77	-42,21
Poupanças do Governo	-35,56	-12,34	-28,75	-23,51	-10,72

Fonte: Dados do MP da Guiné-Bissau

No primeiro momento, os déficits econômicos eram causados por falta de disciplina a respeito das despesas públicas e por não aplicação dos impostos. Somente a partir de 1990 é que o governo e setor privado começaram a limitar as despesas, diminuindo assim as despesas estatais e os créditos, por isso, teve redução no déficit. Nesse período, quando tudo aparentava estar a melhorar, logo em 1991, o governo aumentou os créditos para setor privado empresarial, inundando de novo a economia com liquidez, causando inflação de média anual de 64%. Porém, em 1992, FMI e BM obrigaram a suspensão dos créditos. Essa medida causou forte recessão na economia (MAANEN; 1996; p. 32-33).

Quadro 21: Ativos Líquidos Reais da Guiné-Bissau 1991 – 1993 (em Bilhões de Pesos)

Mês	1991		1992		1993	
	M1	M2	M1	M2	M1	M2
Janeiro	5,4	7,1	4,7	6,7	5,1	8
Fevereiro	5,6	7,4	4,5	6,4	4,8	7,9
Janeiro	5,9	7,7	4,5	6,6	4,5	7,4
Fevereiro	5,9	7,7	4,7	6,7	4,5	7
Janeiro	6,4	8,3	4,6	6,8	-	-
Fevereiro	5,8	7,5	4,7	6,7	-	-
Janeiro	4,3	5,6	4,6	7	-	-
Fevereiro	4	5,4	3,9	6	-	-
Janeiro	4,1	5,7	3,8	5,9	-	-
Fevereiro	3,9	5,6	3,8	6,1	-	-
Janeiro	4,5	6,3	4,3	6,7	-	-
Fevereiro	4,5	6,3	4,5	7,1	-	-

M1= soma de divisas e depósitos à ordem.

M2= M1 mais depósitos a prazo e de poupança.

Fonte: Dados do MP da Guiné-Bissau

Para atenuar essa situação, o governo é obrigado de congelar o salário dos servidores públicos e de reduzi-los, por menos de 30%, durante quatro (4) anos. Com isso, visava alvejar um aumento da poupança de cerca de 5% ao ano no orçamento. (Idem; p. 37-38)

Também, houve as privatizações apressadas das empresas públicas. O que deveria ser para financiar os investimentos de desenvolvimento do país, mas foi para pagamentos das dívidas do estado. O mais irônico, é que, certo número das empresas foi parar nas mãos dos próprios políticos, entre os quais os seus antigos dirigentes. As

empresas públicas eram inviáveis quando os geriam para Estado, depois aceitaram comprá-los.

Com a privatização, apesar de apropriação das empresas públicas pelos estrangeiros, portugueses e libaneses, principalmente, também houve sociedades entre empresas nacionais e estrangeiras. Mas, a maioria das empresas foram passadas para mãos dos cidadãos nacionais, que mantém boas relações com altos governantes, ou que pertencem ao mesmo elenco ou partido.

Nisso, mudou o monopólio estatal para monopólio privado, que causou mais aumento dos preços do que inovarem, ou melhorem um pouco os serviços. Muitas empresas não conseguiram sobreviver com gestões dos privados. Isso se deve à própria falta de estrutura econômica do país para que os negócios sejam rentáveis, por falta do poder financeiro da sua maioria da população. Também, deve-se por falta da capacidade financeira dos novos proprietários privados, que muito dependem dos recursos do Estado.

PAE, como já foi destacado, visa minimizar as despesas do governo, mas não se poupou investimentos nesse período, que se restringiu nas infra-estruturas públicas. Construção de Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças, Ministério da Agricultura, Ministério das Pescas, Condomínio Prédio Sida, Condomínio Prédio Taiwan, Complexo Residencial do Banco Mundial (na Av. principal da capital e no Bairro de Luanda), Residências de Função no Alto Bandim, Prédio de Transporte, e Bairro das Pescas (BARROS; 2011; p. 45)..

3.2.3.2 - Evolução do PIB (1987-1993)

Conforme o dado da evolução do PIB percebe-se um crescimento constando do mesmo, principalmente nos primeiros períodos do PAE. Porém, isso se deve ao fluente dos financiamentos nesse primeiro período. Pois, dos 50,29 milhões de dólares previstos para financiamento do plano, conseguiu recolher 42 milhões de dólares (SANHÁ, 1988, p. 44).

Quadro 22: Evolução do PIB (1987-1993)

Ano	PIB (em 10 PG)	Taxa de Crescimento real do PIB
987	49.623,00	5,60
988	53.047,00	6,90
989	55.434,00	4,50
990	57.263,30	3,20
991	58.280,90	3,00
992	60.631,40	2,80
993	62.450,30	2,70

Fonte: Dados do MF

Já a taxa de crescimento real do PIB, apresentou uma média de crescimento de 4,1% durante todo o período. Porém, esse crescimento não foi regular. Sofreu uma redução de até menos de metade, saindo de 5,6%, em 1987, para 2,7%, em 1993.

3.2.3.3 - Dívidas Pública

A dívida externa da Guiné-Bissau aumentou de 473 milhões de dólares, em 1987, para 631 milhões, em 1992 (MAANEN, 1996; p. 38), devido ao reescalonamento constante dos juros, por falta de pagamento.

“Tentou-se criar um setor privado através da concessão de créditos no banco, mas foi um desastre! As recém criadas instituições de créditos acabaram por falir sob o peso da dívida e da libertinagem...”

Os cegos do BM e FMI não foram capazes de ver que num contexto tão específico como o nosso, mais valia racionalizar a gestão do público do que criar um setor privado sem capital e sem capacidade de gestão!” – (BARROS; 2011; pag. 45)

A dívida era da ordem de 314% do PIB e 2032%, tomando como referência as receitas das exportações. Esta situação contribuiu para que a Guiné-Bissau integrasse no espaço da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), o que permitiu ao país registrar uma taxa anual de crescimento real do PIB de 4%, diminuir a taxa média de inflação de 57% em 1996 (estimativa) para aproximadamente 6% (1999) e reduzir o déficit exterior corrente (exceto donativos e pagamentos) em mais de 2% do PIB (MAANEN, 1996; p. 37-38).

3.2.3.4 - Mercado de Trabalho

PAE visa reduzir o tamanho do Estado guineense, por isso, procedeu-se licenciamento de uma contingência dos efetivos da função pública. Essa situação de desemprego na Guiné-Bissau reflete as dificuldades econômicas que o país atravessa e é caracterizada por um aumento da taxa de desemprego e uma acelerada proliferação do sector informal da economia.

O desemprego e a degradação acentuada das condições materiais de trabalho e de vidas de massa de trabalhadores provocada pelas medidas restritivas das propostas do PAE despertaram nos funcionários públicos a desenvolverem novas estratégias de sobrevivência e de condições de melhores ganhos econômicos. Os efeitos do PAE, tanto no setor público, como no privado, entre outras consequências, foi a proliferação da população economicamente ativa no setor informal, reforçando ainda mais a sua concentração urbana, com forte ondas de êxodo rural e abandonos escolar das populações mais jovens (DUARTE e GOMES; 1996; p. 99-111).

Quadro 23: Funcionários Licenciados

Efetivos Licenciados	474
Aposentados	362
Licenciamento Voluntaria	27
- Licenciamento p/Acordo de desvinculação	3
Licenciado das FARP	200
Total	1.066

Fonte: BISE; abril, 1988; p. 45-52

O recenseamento de 1991 indica uma população ativa de idade compreendida entre os 15 e 45 anos, que eram de 525.305 indivíduos. Em percentagem, sendo a população urbana 31% do total da população, enquanto a população rural é de 69%, com uma taxa de atividade de 75 e 23% respectivamente, constituindo um total de 52% para o conjunto da população ativa. No sector moderno da economia, o sector público e para-público fornecia 68% do emprego, com um peso assinalável da administração pública com 47%. As medidas de política econômica que implicam a redução das despesas públicas irão implicar reduções significativas na função pública que irão provocar alterações sensíveis neste domínio. O setor moderno produtivo e, em particular, o privado, era extremamente fraco e as dificuldades econômicas que o país atravessava implicando nomeadamente restrições na política creditícia, também não tem permitido o desenvolvimento desejável deste sector (MAANEN, 1996; p. 38-40).

Apesar de tudo o que o PAE tinha previsto para o crescimento econômico da Guiné-Bissau, o que se colheu foram resultados muito contrários. Uma previsão de crescimento do PIB de 3,8% de 1986 a 1991 e de 4,5% de 1991 a 2000 e com uma taxa de crescimento populacional de 2,5% ao ano.

Quadro 24: Evolução da Previsão do Emprego (1986 – 2000)

SECTORES	1986		1991		2000	
	EMPREGO	%	EMPREGO	%	EMPREGO	
SECTOR INFORMAL	145.375	100,0	160.259	100,0	181.049	100,0
Chefe de empresa	282	0,8	764	1,7	1.598	2,4
Quadro superior	518	1,4	821	1,8	1.306	2,0
Técnico superior	1.694	4,6	3.427	7,4	5.453	8,1
Técnico	5.280	14,4	7.955	17,3	12.382	18,3
Operário qualificado	8.399	22,6	11.966	26,1	17.761	26,5
Operário especializado	10.828	29,4	14.403	31,5	22.369	33,2
Pessoal não qualificado	9.873	26,8	6.520	14,2	6.411	9,5
SECTOR MODERNO	36.775		45.856		67.280	--
EMPREGO TOTAL	182.150		206.115		248.329	--

Fonte: Dados do MEP da Guiné-Bissau

Na análise do quadro anterior, se pode constatar que se perspectivou um forte aumento de emprego, nomeadamente no sector moderno e privado que passaria a apresentar 27,15 do total do ano 2000, contra cerca de 20% em 1986. Verifica-se igualmente que será principalmente no domínio da qualificação que deve incidir essa progressão e, em particular, no enquadramento superior que deveria passar de 6,8% em 1986 para 12,5% no ano 2000. Infelizmente não sucedeu assim.

Quadro 25: Estrutura de Emprego por Níveis de Qualificação (1987)

CATEGORIA	%
Chefe de empresa	0,8
Quadro superior	1,4
Técnico superior	4,6
Técnico	14,4
Operário qualificado	22,6
Operário especializado	29,4
Pessoal não qualificado	26,8
Total	100.0

Fonte: Dados do MP da Guiné-Bissau

A própria estrutura administrativa do aparelho do Estado, a qual se reflete na precariedade de qualidade dos serviços, por falta de uma seleção responsável dos servidores do Estado, que se baseava em nepotismo, amiguismo e partidarismo político. Por isso, para Manem (1996; p. 41), o PAE deveria prestar mais atenção na estruturação interna do Estado. Mas não dar mais prioridade na questão de menos Estado, ao invés de melhor Estado.

Comparado com outros países da sub-região e com estrutura de atividade comparável, pode notar-se:

- Um déficit quantitativo muito importante no que respeita aos empregos qualificados;

- Um déficit qualitativo grave, dado que muitos postos são ocupados por pessoas sem formação requerida e, essa subqualificação é particularmente sistemática nos empregos de nível superior.

3.2.3.5 - Inflação

A inflação nesse período, depois de uma queda forte, saindo de mais de 115% para um pouco mais de 20%, impulsionou-se atingindo uma taxa de quase 85%.

Conforme Sanhá, isso devido aos fluxos dos financiamentos tanto internas, como externas do PAE logo nos períodos iniciais. Em 1990, com situação diferente, ou seja, escassez de dos financiamentos estrangeiro e contenção da emissão do Peso, houve uma queda de inflação para um pouco acima de 20% (SANHÁ; 1988; p. 44).

3.3 - Estratégia de Desenvolvimento na Terceira República

Apesar do país ainda está sob direção do Presente João Bernardo Vieira, mas esse período é marcado com instituição do sistema democrático e reconhecimento dos direitos e liberdade de expressão, manifestações políticas dos guineenses. O presidente Nino vai legitimar o seu poder por expressão de voto popular em 1994. Por isso, a distinção desse período por Terceira República, que marca de 1992 aos dias atuais.

Constata-se que nesse período, mudou as perspectivas do desenvolvimento socioeconômico, pois, nos planos ou programas governamentais começou-se a contemplar os aspectos que garantam a qualidade de vida da população, e forte engajamento no combate à pobreza. O Plano "Djitu Ten" determina claramente as estratégias de combate à pobreza, e, após conflito de 1998, o governo seguinte do PRS, sob presidência do Koumba Yalá, investiu forte nas infra-estruturas, como, construção das estradas, tanto na capital, como no interior do país, instalação de redes de internet e telefone móvel, e construção de ponte João Landim e São Domingos.

3.3.1 - Plano "Djitu Ten"

A Guiné-Bissau elaborou e adotou em 1996 uma visão prospectiva, no seu plano de desenvolvimento denominado "Guiné-Bissau 2025 Djitu Ten". Isto é, o Plano tinha previsto as diretrizes das políticas econômicas, que visava o desenvolvimento socioeconômico do país para quase dez (10) anos, de 1996 à 2025.

Ele exprimia o futuro desejado dos Guineenses daqui a 2025 pode ser resumida de forma seguinte:

- um país bem governado, onde reina a paz social e no qual a separação de poderes permite o exercício de governação, de uma forma transparente;

- um país economicamente forte e bem integrado na sub-região, com um ritmo de crescimento demográfico sustentável e compatível com o crescimento econômico;

- um país onde a desigualdade social e a pobreza são reduzidas a proporções toleráveis graças a um melhor sistema de redistribuição de rendimentos, frutos de crescimento econômicos;

- um país onde a igualdade de direito e de oportunidades entre homem e mulher é reconhecida e aplicada; e

- um país democrático onde a participação da população na gestão dos assuntos públicos, deve ser um pilar do Estado de Direito a promover.

Na análise de Issufo Sanhá, então Ministro das Finanças, “Djitu Ten” foi melhor plano, dentre os que já foram elaborados para desenvolvimento socioeconômico do país, é mais coerente para estrutura e conjuntura do país, visto que, visava dinamizar as potencialidades do país pelas estratégias mais pragmáticas e consistentes (SANHÁ, 2011; Apresentação de DENARP II).

Porém, o “Djitu Tem”, quase não chegou a ser implementado, por consequência que, somente pouco mais de um ano, eclodiu a guerra civil militar de 1998, que derrubou o regime do Presidente João Bernardo Vieira.

3.3.2 - DENARP I

Em 2006, para operacionalizar a visão estratégica do Plano “Djitu tem”, foi elaborado o Programa de Redução da Pobreza, conhecido por DENARP I, no primeiro período, em 2006, com tempo de implementação de três (3) anos, de 2006 à 2008. (DENARP II; Bissau; junho; 2011; p. 50)

Nesse período, o país já havia aderido ao bloco monetário da UEMOA, em 2 de maio de 1997, pelo que não podia se financiar através da emissão das moedas. O Estado guineense perdeu essa competência ao favor do Banco Central dos Estados África Ocidental (BCEAO), banco central da UEMOA.

Entretanto, única possibilidade que o país se restou em se financiar, sem antes produzir ou se estabilizar em termos macroeconômicos, é através dos empréstimos

estrangeiros. Por isso, o governo organizou uma mesa redonda dos seus parceiros bi e multilaterais de desenvolvimento, para apresentação do seu plano, para angariar recursos financeiros para sua materialização. Depois da primeira em 2000, sem muito sucesso em angariar financiamento, de novo o Programa foi apresentado aos parceiros de desenvolvimento do país, numa outra mesa redonda em Genebra, Suíça, em novembro de 2006, visando angariar financiamento de 441,2 milhões de dólares, que será aplicado em, 65,3% ao investimentos de infra-estruturas e estruturas de produção, e 34,7% à redução de pobreza, .

Conforme o então Ministro das Finanças da Guiné-Bissau, Issufo Sanhá, a maior percentagem dos recursos do programa destinado para investimentos, eram intervenções destinadas diretamente às populações, as diferentes reformas estatutárias e estruturais, o apoio institucional e o desenvolvimento dos recursos humanos.^{note}

Conforme, o então Ministro das Finanças da Guiné-Bissau, Issufo Sanhá, a maior percentagem dos recursos do programa, que será destinado para investimentos, trata-se de intervenções destinadas diretamente às populações, as diferentes reformas estatutárias e estruturais, o apoio institucional e o desenvolvimento dos recursos humanos.¹²

Mas, devido a conjugação de vários fatores (instabilidade política e institucional, penúrias das infra-estruturas de base, impacto das crises petrolífera e económica internacional, etc.), estes resultados ficaram muito aquém dos objetivos inicialmente fixados, particularmente no que concerne ao crescimento económico, que foi, em média, de 3,1% entre 2007 e 2009, contra um objetivo inicial de 5%. Consequentemente, o nível da pobreza contínuo bastante elevado no país (69.3% em 2010, contra uma estimativa de 64,7% em 2002), o que contribuiu, de fato, a reduzir as oportunidades do país em alcançar os objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no horizonte 2015 (Idem; p. 07).

Portanto, análise dos resultados do DENARP II vai focalizar, no crescimento do PIB, Despesas Pública e Dívidas Pública:

¹² <http://www.panapress.com/Guine-Bissau-precisa-de-441-milhoes-para-reducao-da-probeza--3-416175-45-lang4-index.html>

3.3.2.1 - Investimento

Com uma taxa de pressão fiscal em média de 6,3% ao longo do período 2006-2010, muito longe das metas da UEMOA (17%), as receitas fiscais, excluindo donativos, registraram um aumento nominal, passando de 18,5 bilhões em 2006 para 32,4 bilhões em 2010. Esta evolução foi marcada pela boa arrecadação de impostos em 2009 e 2010, acima dos compromissos assumidos com o FMI. (Relatórios do Ministério das Finanças).

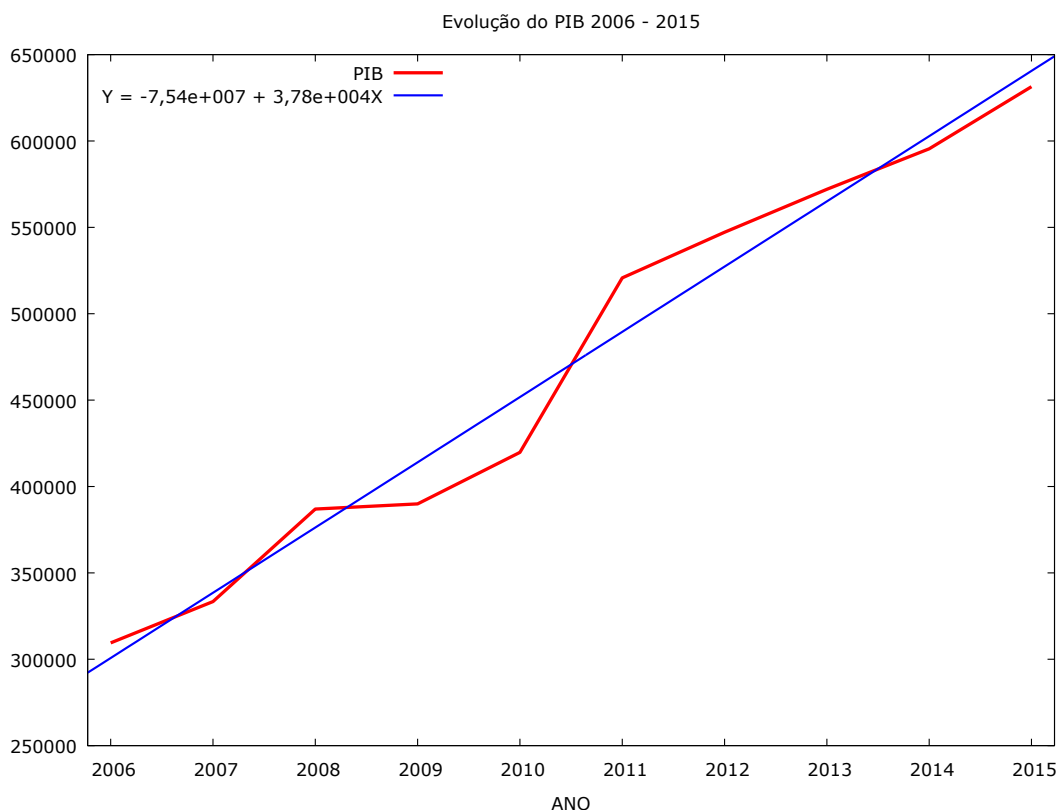
Os recursos orçamentais do país são caracterizados pela importância de doações de projetos e programas, que representam mais de 50% das receitas orçamentais, em média, durante este período, passando de 19,1 bilhões em 2006 a 50,4 bilhões em 2010 (Relatórios do Ministério das Finanças).

As despesas totais registraram um aumento contínuo, passando de 58,7 bilhões em 2006 para 97,1 bilhões em 2010. Elas são caracterizadas por fraca despesa de investimentos por recursos próprios, contrariamente aos que são financiadas pelos recursos externos que passaram de 17 bilhões em 2006 para 35,4 bilhões em 2010. No entanto, o rácio massa salarial sobre as receitas fiscais segue uma tendência decrescente desde 2008, passando de 96% para 65% em 2010, graças aos esforços de controlo dos efetivos da Função Pública e melhoria de arrecadação das receitas fiscais. O saldo orçamental de base em relação ao PIB sofreu um défice de -4% em média, ao longo do período, enquanto que o saldo global excluindo donativos e empréstimo líquido passou de -27,2 bilhões em 2006 para -518 bilhões em 2010 (Relatórios do Ministério das Finanças).

3.3.2.2 - Evolução do PIB (2006-2010)

Durante o período 2006-2010, a taxa de crescimento real do PIB foi de 3,2% em média. Este crescimento é caracterizado por um progresso lento, mas positivo, marcado pelo dinamismo do sector terciário, não obstante, a economia guineense ainda é dominada pelo sector primário (44% do PIB). O dinamismo do sector terciário neste período, cujo crescimento de 4,4% em termos reais em média, ajudou mitigar o impacto de um crescimento negativo no sector secundário (-0,4%), enquanto que o crescimento do sector primário manteve-se baixo (2,4%).

Figura 11: Gráfico da Evolução do PIB (2006 – 2014)



Fonte: Ministério das Finanças

O crescimento no período 2006-2010 foi suportado pelo investimento, que aumentou, em média de 24,6%, impulsionado pelo investimento público (35,9%), nomeadamente pelas grandes obras. A procura interna nominal cresceu 5,7% no período em análise. Concernente as exportações, registrou um aumento de 7,45%, mas são marcadas por uma forte queda no preço da castanha de caju, particularmente em 2006 e 2009, enquanto as importações aumentaram 7,5%. A inflação média foi de 4% no mesmo período, marcada por um ano de pressão inflacionista acentuado em 2008 pelo aumento dos preços dos produtos petrolíferos e de cereais importados.

3.3.2.3 - Inflação

A tendência descendente da taxa de inflação nos estados membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que começou no segundo semestre de 2008, continuou ao longo de 2009. A inflação homóloga, que atingiu 10,8% no final de agosto de 2008, tornou-se negativa a partir de julho de 2009 e foi de -1,8%

no final de dezembro de 2009. Em média, a taxa de inflação 1,1% em 2009 contra 7,4% em 2008, o menor nível desde 2004.

De uma forma geral o período após a adesão a UEMOA a taxa média de Inflação de GB se aproximou ao do Bloco, exceto o período 2003-05, onde houve uma queda de -10,30%. A média do bloco cresceu moderadamente no período 2006-08, 4,03% em relação ao período anterior, 2,07% (ver Anexo D).

3.3.2.4 - Dívidas Públicas

A análise da evolução das contas externas, conforme os relatórios do Ministério das Finanças, revelou um saldo global excedentário da balança de pagamentos de 9,5 bilhões dólares em média, durante o período de 2006-2010, marcada por uma diminuição sensível do excedente global em 2010, 5 bilhões Fcfa contra 12 à 14 bilhões de Fcfa nos anos anteriores. Isto foi devido principalmente ao desempenho da conta de capital, em 23,7 bilhões, em média, durante este período, e as transações financeiras 5,8 bilhões, apesar da deterioração da conta corrente -19,6 bilhões, em média, com uma persistência do déficit comercial -32,2 bilhões, e uma deterioração da balança de serviços -18,5 bilhões, embora o saldo das transferências tem sido positivo, situando-se em 36,9 bilhões, em média.

Quanto à dívida, a Guiné-Bissau continua dependendo fortemente do endividamento para financiar o seu orçamento, nomeadamente os investimentos. A dívida pública no final de 2009 foi de 1.065,1 milhões de dólares, dos quais 427,5 milhões em atraso. A dívida multilateral ficou em 528,3 milhões de dólares, representando 49,6% do stock total da dívida, enquanto que a dívida bilateral foi de 5,4%, donde 30,11% com os credores do Clube de Paris. A dívida comercial representava 0,02% do stock total da dívida.

Tendo em conta o fato de a Guiné-Bissau ter atingido o ponto de conclusão da iniciativa HIPC em Dezembro de 2010, resultando no cancelamento de mais de 86,5% da dívida, conseqüentemente ela se situará um pouco menos de 120 bilhões de FCFA em 2015 (esse segundo a previsão).

Figura 12: Gráfico da Evolução da Dívida Externa Líquida em % do PIB



Fonte: Dados do Ministério das Finanças

Quadro 26: Stock da Dívida Externa Líquida (em milhões de FCFA)

ANO	PIB (Milhões FCFA)	DÍVIDA LÍQUIDA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU (MILHÕES FCFA)	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA % DO PIB
2006	309.465	522.865	169,00%
2007	333.384	494.597	148,40%
2008	386.962	510.673	132,00%
2009	389.930	499.102	128,00%
2010	419.743	81.606	19,40%
2011	520.776	93.837	18,00%
2012	547.183	110.006	20,10%
2013	572.032	113.493	19,80%
2014	595.471	160.466	26,90%
2015*	631.422	160.490	25,40%

*Previsão do PIB de 2015

Fonte: Dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

3.3.3 - DENARP II

DENARP II com horizonte temporal de implementação de 2011 à 2015 capitaliza as conquistas e as lições do DENARP I através dos objetivos que podem ser resumidos em: reduzir a pobreza através do reforço do estado de direito, o aumento de crescimento econômico.

O principal objetivo do DENARP II é de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimentos, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num estado de direito reforçado.

O baixo nível de desenvolvimento humano e a última situação de referência em matéria de pobreza em 2010, assim conduziram a escolha dos quatro eixos estratégicos do DENARP II:

- Eixo 1: Fortalecer o Estado de direito e as instituições republicanas;
- Eixo 2: Assegurar um ambiente macroeconômico estável e incitativo;
- Eixo 3: Promover o desenvolvimento econômico durável;
- Eixo 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano.

De novo, a constância da instabilidade política sobrepõe-se, nos deixou, portanto sem possibilidades de tirar ilações dos resultados da estratégia do DENARP II. Posto que, menos de um ano, o governo promotor do programa, liderado pelo Carlos Gomes Jr., presidente do PAIGC, em 12 de abril de 2012, sofreu um golpe de Estado militar, colocando o país, novamente, sob regime de transição.

3.3.4 - Plano Operacional 2015- 2020

O Plano Operacional de 2015 à 2025, apresentado numa mesa redonda em 25 de Março de 2015, em Bruxelas, capital da União Européia, visa financiamento de um montante de 2,25 bilhões de dólar, dividida em duas etapas, a curto e médio prazo, e em longo prazo.

A primeira etapa do Plano, de curto e médio prazo, denominado por “Tera Ranka”, orçado por 450 milhões de dólar, visa execução de “grandes projetos estruturantes, num horizonte de 3,5 anos, até. A segunda, de longo prazo, denominado por “Sol na Iardi”, orçada por 1,8 bilhão de dólar, visando a materialização de “projetos de grande envergadura”, num horizonte até 2025.

Como é sabido, o Programa do Governo propõe três fases de desenvolvimentos:

1º - Programa de Urgência, implementado em 2014, até o início de 2015;

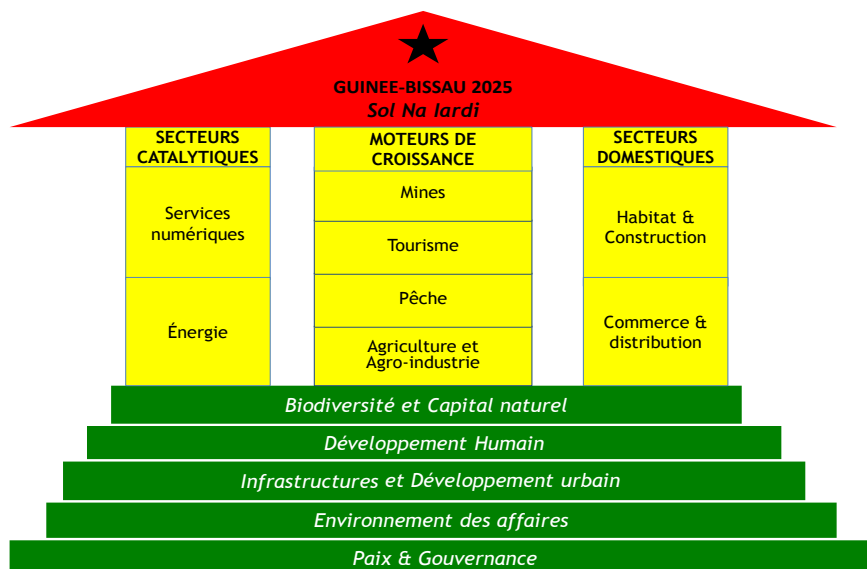
2º - Programa de Contingência, que visa esclarecer todos os Contratos

Públicos e outros de concessão; e

3º - Programa de Desenvolvimento, dividido em várias fases, até 2025.

Analogicamente, o Plano Operacional de 2015 à 2025, planeja construir a casa de desenvolvimento socioeconômico seguinte forma:

Figura 13: Representação da Implementação do Plano Sol na Iardi



Fonte: Programa Operacional 2015-2025

Mais uma vez, a situação da instabilidade política, não nos permitiu assistir ou ajudar na construção dessa colorida casa de desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau. Por isso, também, foi impossível saber se a estratégia planejada era viável, ou se conseguimos alvejar, o tão almejado desenvolvimento do país. Isso, porque, menos de um ano da elaboração do Plano, o governo promotor do mesmo, sob liderança do Domingos Simões Pereira, do PAIGC, foi destituídos pelo presidente, ambos os membros do mesmo partido.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia do desenvolvimento define-se antes de tudo pelo encadeamento correto das grandes opções econômicas. Constatou-se ao longo desse estudo as críticas de que o país gastou grande parte dos seus recursos numa modernização que não desenvolveu suficientemente a capacidade produtiva. Situação essa, que levou o país a enfrentar os encargos administrativos e financeiros do equipamento adquirido, sem ter os benefícios de uma produção maior. Como disse Dowbor (1983; p. 80), a concentração em projetos de modernização excessiva levou a um sobre-equipamento relativo, no sentido de se ter hoje um setor moderno que consumiu grandes recursos, mas que não se tem ainda capacidade de utilizar produtivamente, por serem prematuros. Analogamente, colocou-se a carroça diante dos bois, em vez de encadear de maneira planejada e organizada as iniciativas.

A ruptura com o modo de produção e com o sistema colonial não foi obtida em sua totalidade por Guiné-Bissau. Em outras palavras, foram preservadas muitas características e heranças daquele período, por não se pretenderem separar as ambições políticas populistas da problemática econômica. Com uma estrutura econômica fraca, ou quase inexistente herdada do regime colonial, precipitou-se para industrialização pesada. Isso sem menor possibilidade de dar certo.

Na Guiné-Bissau, os ajustamentos estruturais tiveram forte impacto negativo na estrutura econômica. O ambiente macroeconômico marcado pela alta inflação, apresentando um déficit público elevado, baixos salários e sucessivas desvalorizações da moeda nacional, impediu a criação de uma poupança própria e a estimulação do investimento e emprego da população.

Fracassaram-se os ajustamentos estruturais na Guiné-Bissau, foi por conta de dois (2) fatores principais, ao contrário do Senegal e Costa de Marfim, tidos como referências do sucesso das políticas neoliberais na África. Primeiro, a falta de poupança do governo guineense, que foi responsável pela alta de inflação, endividado e com dificuldade em obter receitas dos impostos das empresas privatizadas. E, em segundo lugar, a própria estrutura administrativa do aparelho do Estado, a qual se reflete na precariedade de qualidade dos serviços, por falta de uma seleção responsável dos servidores do Estado, que se baseava em nepotismo, amiguismo e partidarismo político.

O ônus da situação do Estado guineense, sem dúvida, inviabiliza qualquer possibilidade de dirigir convenientemente, qualquer tipo de programa, assim como os próprios programas de ajustamentos estruturais. Para Sanhá (1988; p. 37), as causas do fracasso dos ajustamentos se devem à insuficiência na produção face ao consumo público e privado, o que se verifica no coeficiente de importações em cerca de 10% nesse período. Também, a existência de um déficit público insustentável, exigindo avultados montantes de financiamento interno e externo, que motivou os incrementos da massa monetárias indutoras da inflação.

Outra questão crucial e muito preocupante para inviabilidade das estratégias do desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, é a instabilidade política. Por esse fato, praticamente, descartou-se três (3) dos planos sem possibilidade de serem aplicados. A situação econômica da Guiné-Bissau é considerada débil, pelo ambiente macroeconômico deteriorado pela inflação, apresentando um déficit público elevado, baixos salários e sucessivas desvalorizações, não contribuindo desta forma para a criação de uma poupança interna e estímulos ao investimento. Essa situação se agravou ainda mais pelas consequências da guerra civil de 1998 (ver anexo C).

O setor financeiro apresenta como uma das suas fraquezas a extrema dependência dos financiamentos externos, obtidos em larga maioria mediante linhas de crédito bilateral e multilateral para a importação de bens canalizados aos operadores privados mediante operações a curto prazo, como é o caso de campanha de comercialização de castanha de caju, maior produto de exportação do país. Em cada ano, o governo é obrigado a contrair empréstimos para financiar aos comerciantes nacionais para que possam comprar os produtos dos agricultores para exportarem, sem isso, os comerciantes nacionais estarão incapacitados financeiramente para comprar os produtos dos camponeses. Entretanto, esses financiamentos concedidos pelo governo, devem ser devolvidos ao final de campanha comercial de castanha de caju, porém, quase nunca isso acontece, o que permite mais soma das dívidas do Estado junto dos seus parceiros econômicos internacionais. Por outro lado, a fraca capacidade de captar e distribuir a poupança nacional, a dependência combinada com uma política de investimento público imprudente fez com que o país acumulasse uma dívida extremamente elevada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BARROS, F.; **Testemunho**. INACEP; BISSAU, 2011.

BETTELHEIM, Charles. “**A Problemática do ‘Subdesenvolvimento’**”. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*, RJ: Zahar, 1969.

CARDOSO, F.H.; *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 5a ed., 1979.

DOWBOR, L.; **Guiné-Bissau: a busca da independência econômica**. Brasiliense, 1983.

DUARTE, A. A.; **Guiné-Bissau: vinte anos de contradição entre o pensamento e a ação**. In: CARDOSO C., & AUGEL J. (org.) *Guiné-Bissau vinte anos de independência*; nov. 1993.

DUARTE A. & GOMES A.; **Programa de Ajustamento estratégico na Guiné-Bissau: O Setor Informal**; INEP; Bissau; 1996.

ESTEVES, M. L.; **Guiné-Bissau: a questão do cassamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné**. Lisboa: INEP, 1988.

FURTADO, C.; *Ares do Mundo*; Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1991.

_____ **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____ **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

HANDEM D. L.; **A Guiné-Bissau: O nó do ajustamento**; Boletim de Informação socioeconômica; INEP, Abril, 1988.

HERNANDES, L. M.G.L.; **África na sala de aula: Visita a História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HIRSCHMAN, A.; **The Rise and Decline of Development Economics** in *Essays in Trespassing*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

INE; **Estatística Básica da Guiné-Bissau**; Bissau, 2014.

KI-ZERBO, J.; **Para Quando a África: Entrevistas com René Holenstein**; São Paulo: Pallas Atenas, 2006.

_____ **História da África Negra**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979, 2º v.

LEMOS, M. M.; **Os Portugueses na Guiné-Bissau: Apontamento para uma Síntese**. Lisboa: Ed. Crédito Predial Português, 1996.

MAANEN B. V.; **Programa de Ajustamento estratégico na Guiné-Bissau: Análise dos Efeitos Socioeconômica**; INEP; Bissau; 1996.

MARTINS, L. A.; **Aventura nos Rios da Guiné**: Revista Visão. Lisboa, 2005.

MEZZARROBA, Orides e MONTEIRO, S. Cláudia, **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**; Saraiva, 5ª edição; 2009.

MONTEIRO A. I.; **Programa de Ajustamento Estratégico na Guiné-Bissau: Análise dos Efeitos Socioeconômico**; in INEP; Bissau; 1996.

N'DIAYE, T., *Le génocide voilé, enquête historique*. Paris: Éditions Gallimard, 2008.

PAIGC. **História: Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde**. Editora: Paul Dupont. Paris, 1974.

PNUD. **Informe sobre Desenvolvimento Humano 2007-2008**. New York: PNUD, 2007.

PREBISCH, R.; **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**; Rio de Janeiro; Fundo de Cultura, 1968.

_____ **El desarrollo econômico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**"; *El Trimestre Económico*; julho-setembro de 1949.

ROSTOW, W.; **Etapas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 16-30.

SANHÁ I.; **Guiné-Bissau: Programa de Ajustamento Estrutural**; Boletim de Informação Socio-econômica; INEP, Abril, 1988

SILA, A.; **Estratégias de Desenvolvimento e alternativas Tecnológicas: Um Estudo de Caso (Guiné-Bissau)**; Soronda: Revista de Estudos Guineenses; janeiro, 1992.

WALLERSTEIN, I.; **O universalismo europeu: a retórica do poder**; Editora: Boitempo; 2007.

Referencias Consultadas:

Relatório Financeiro do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau; Março; 2015

Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - (DENARP I); maio, 2004. Disponível em: <http://www.statguinebissau.com/denarp/denarp.pdf> - Acesso em 25/07/2016

Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - (DENARP II); dezembro, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7433096-Segundo-documento-de-estrategia-nacional-de-reducao-da-pobreza-denarp-ii-versao-final.html>>- Acesso em 25/07/2016

Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Natural e Ambiente: Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento (**Projeto GBS/97/G31/1G/9 - “Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade”**). Disponível em: <http://www.cbd.int/doc/world/gw/gw-nbsap-01-pt.pdf> - Acesso em: 25/07/2016.

THOMAS, Vinod. et al. **A Qualidade do Crescimento**. Ed. UNESP, 2000. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 25/07/2016.

Relatório do FMI da Guiné-Bissau - Maio de 2015. Guiné-Bissau: Edições selecionadas e apêndice estatístico. FMI Washington, D.C. Março, 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr0593.pdf>>. - Acesso em: 25/07/2016.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**, 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/reports/global/2015/portuguese/pdf/hdr05_po_HDI.pdf>. - Acesso em 23/07/2016.

Williamson, J.; (Junho de 2000), No hay consenso. **Reseña sobre el Consenso de Washington y sugerencias sobre los pasos a dar, Finanzas & Desarrollo**. Disponível em <http://imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2003/09/pdf/williams.pdf> - Acessado em 25/07/2016.

<https://www.wfp.org/countries/burundi/overview> - Acessado em 23/07/2016

<http://global.fundforpeace.org/aboutus> - Acessado em 23/07/2016

http://www.indexmundi.com/pt/republica_centro-africana/ - Acessado em 23/07/2016

MO IBRAH<<http://mo.ibrahim.foundation/about-us/>> - Acessado em 23/07/2016

SANHÁ (2010): [http://www.panapress.com/Guine-Bissau-precisa-de-\\$-441-milhoes-para-reducao-da-probeza--3-416175-45-lang4-index.html](http://www.panapress.com/Guine-Bissau-precisa-de-$-441-milhoes-para-reducao-da-probeza--3-416175-45-lang4-index.html) - Acessado em 25/07/2016

www.menominee.edu - Acessado em 05/08/2016

APENDICES

Quadro 27: Balanço de Medidas Previstas do PAE

Áreas de Política	Medidas Previstas	Medidas Tomadas e Cronogramas
I. Política do Sector Externo		
a) Taxa de Cambio	Desvalorização pontual do PG, seguida de uma política de câmbio flexível.	Foi desvalorizada a moeda nacional, tendo-se fixado a paridade do dólar dos EUA em 650 PG (Maio) seguido de ajustamentos semanais.
b) Regime Cambial	Estimular a entrega de moeda estrangeira ao BNG sem averiguar a sua proveniência.	Aprovada em Abril de 1987 a legislação que visa estimular a entrega de moeda estrangeira ao BNG.
c) Comercio Externo	<p>Autorizar os importadores privados com licenças de importação validas a usar as suas próprias divisas para financiamento das respectivas importações.</p> <p>Emissão automática de licenças de importação para uma lista de bens representando 50% das importações comerciais excluindo produtos petrolíferos.</p>	<p>Aprovada em Abril de 1987, a legislação que permite ao sector privado de exportar quaisquer produtos e utilizar livremente 50% das divisas provenientes da exportação na importação de bens ou serviços.</p> <p>Os operadores económicos que através de recursos próprios procedem a quaisquer importações, passarão a dispor automaticamente de um plafond máximo de 70% do valor FOB das exportações que vieram a efetuar, para realizarem novas operações de importação através do sistema Bancário, dos bens que encontrem compreendidos na lista anexa ao despacho Nº 19/87 do Ministro de Comercio.</p> <p>Em Abril de 1987, de acordo com o despacho 19/87 do Ministério do comercio e Turismo, é autorizada a importação de uma gama de</p>

		produtos constantes lista anexa a este despacho, sendo os respectivos Boletins de Registo Prévio (BRPI) automaticamente emitidos a solicitação do importador.
d) Imposto a/o Comercio Externo	Eliminação de todos os impostos sobre as exportações, a exceção da castanha de caju, sobre a qual recairá uma taxa de 50% do preço de exportação.	Em Abril de 1987 foram eliminados os Direitos de Exportação incidentes sobre todos os produtos exportáveis, a exceção da castanha de caju, sobre a qual recaiu uma taxa de 50% “ad valorem” incidente sobre o valor FOB de exportação. Não concessão de novas isenções de consideração direitos sobre as importações.
e) Gestão da Dívida Externa	Propor e iniciar o reescalonamento da dívida externa aos credores bilaterais e privados, e acordo com a estratégia definida pelo Governo.	Acresce-se que em Abril foram eliminados as taxas consignadas ao Fundo de comercialização incidente sobre produtos exportáveis. De acordo com a estratégia definida e aprovada pelo Governo, encetou-se em 1987 um conjunto de ações de reescalonamento da nossa dívida externa. Assim, através do clube de Paris, o governo conseguiu ré escalonar junto aos credores oficiais um montante estimado em 16,6 milhões de dólares americanos
f) Ajuda Externa	Não contração de novos empréstimos com componente de donativo inferior a 50%, exceto créditos comerciais de curto prazo e de outros para refinanciamento da dívida externa já existente. Coordenação da ajuda externa e sua orientação	Em Abril de 1986, o governo teria adotado decisão neste sentido, pelo que, esta medida no quadro do P.A.E. viria reforçar e consolidar a estratégia do governo em matéria de gestão da dívida. Centralização dos mecanismos da ajuda numa entidade para acompanhar e coordenar todos os pedidos de ajuda. <u>Execução</u> Criada a SEPAECI no âmbito da presidência do Conselho de Estado.

	de acordo com as prioridades do país	<p>Melhorar as ligações com a comunidade Internacional encorajando reuniões com todos os doadores presentes em Bissau com frequência não inferior a seis meses.</p> <p><u>Execução</u></p> <p>Não foram realizadas reuniões de concertação com regularidade.</p> <p>Encorajar um dos doadores, possivelmente o PNUD, a iniciar um programa para fornecer a todos os doadores informação sobre os pedidos Governo para financiamento.</p>
II. Política Fiscal e Orçamental		
a) Orçamento	Adopção do Orçamento Geral de Estado para 1987, nos termos acordados com FMI.	Em Maio 1987, foi aprovado o orçamento geral do Ajustamento Estrutural acordado com FMI E BM.
b) Despesas	<p>Reduzir em 1987 o nº de funcionários Públicos em cerca de 750 unidades.</p> <p>Reduzir em termos reais, os salários do sector público, limitando a taxa de aumento dos salários nominais em 25%.</p> <p>Redução os gastos de investimento do estado 16% em termos de dólares face a 1986 (montante equivalente a 48 milhões USD).</p>	<p>No ano de 1987, sobre a matéria em questão registou-se o seguinte quadro:</p> <p>Efetivos Licenciados – 474</p> <p>Aposentados – 362</p> <p>Licenciamento Voluntario – 27</p> <p>Licenciamento. p/Acordo de desvinculação – 3</p> <p>Licenciado das FARP -- 200</p> <p>TOTAL ----- 1.066</p> <p>Parlamento foi criado ao MFPTSS um departamento de apoio a reconversão de funcionários licenciados da Função Pública.</p> <p>Em Maio de 1987 foi aprovado o aumento médio dos salários nominais da função pública em 25%, estando subjacente a redução em termos reais.</p> <p>Em Maio de 1987 foi aprovado o orçamento de investimento nos termos acordados com BM e FMI, ou seja, uma redução de 16% em</p>

		<p>termos de dólares face a 1986.</p> <p>Respeitadas as metas estabelecidas no programa monetário para 1987. Assim, tendo em conta os desembolsos do PAE, a redução da dívida governamental face ao BNG alcançou 9.538 Milhões de pesos.</p> <p>Para o ano 1987, o governo adotou um programa monetário que contempla não só a expansão admissível da massa monetária, como em especial assegure o financiamento da comercialização agrícola e das atividades produtivas do sector privado e das Empresas Públicas e Mista.</p>
III. Políticas Monet. E de Credito		
a) Credito	Não utilização do Credito Bancário Liquidado pelo Governo e redução da dívida governamental para com o BNG.	Em Maio de 1987 foi aprovado o aumento das taxas de juro das operações ativas e passivas nos termos acordados com o FMI. Dada as elevadas taxas de inflação registadas no ano, não foram mantidas taxas de juro reais positivas.
b) Taxa de Juros	Adopção de um programa monetário para 1987. Igualdade de tratamento no acesso ao credito bancário das empresas públicas e privadas.	Sem informações do que foi feito nesse âmbito.
c) Sistemas Bancário	Aumento das taxas de juros das operações ativas e passivas nos termos acordados com FMI.	Não implementada.

	<p>Melhorar o sistema contabilístico do Banco Nacional e iniciar a implementação de um programa de ação para a separação das suas funções do Banco Comercial.</p> <p>Aumentar o número de balcões bancários, especialmente balcões moveis</p>	
IV. Políticas Setoriais		
a) Agricultura	<p>Ajustar os preços mínimos ao produtor tendo em conta o efeito da desvalorização.</p> <p>Reformular os projetos de reabilitação de bolanhas a fim de desenvolver alternativas menos capital-intensivo.</p> <p>Reformular os projetos de desenvolvimento rural integral.</p>	<p>Em 1987 foram ajustados os preços mínimos ao produtos da castanha de caju em 249%; o arroz em 43% e da mancarra em 23%. Em consideração a luz da consulta setorial sobre a agricultura de Maio de 1987.</p>
b) Pescas	<p>Renegociar acordos e definir um programa de ação com vista ao controlo dos acordos.</p> <p>Preparar e iniciar a implementação de ação.</p>	<p>Implementado em parte (caso CEE); outras negociações não concluídas.</p>

		Ate 1 de Setembro de 1987, Não implementado.
c) Energia	<p>Rever o nível e a estrutura das tarifas de eletricidade de acordo com o BM.</p> <p>Aumento dos preços de produtos petrolíferos. A EAGB ficara isenta do pagamento de imposto “a valorem” de 15% sobre o gasóleo.</p> <p>Transferir a responsabilidade das redes e centrais de todo o país a EAGB</p> <p>Assinar um contrato de gestão com empresa estrangeira, se assim for julgado necessário.</p>	<p>Em Agosto de 1987 foram revistas o nível e a estrutura das tarifas de eletricidade de acordo com o estabelecido com o BM.</p> <p>Em Maio de 1987 foram aumentados os preços dos produtos petrolíferos, nos seguintes termos:</p> <p>a) Gasolina Super – 210% b) Gasolina Normal – 218% c) Gasóleo – 243% d) Petróleo – 246% e) Jet A2 – 195% f) AV Gás – 405%</p> <p>E a partir de 1987 a EAGB ficou isenta do pagamento de imposto “a valor” de 15% sobre o gasóleo.</p> <p>Ate 31 de Dezembro de 1987. Não implementada.</p> <p>Em consideração.</p>
d) Comercialização a preços	<p>Eliminar os controlos diretos dos preços do cimento, dos pesticidas e dos inseticidas.</p> <p>Ajustar os preços de arroz, açúcar, óleo</p>	<p>A partir de Abril de 1987 foram submetidos ao regime de preços livres: Cimento, pesticidas e inseticidas para a agricultura.</p>

	<p>vegetal e fertilizantes (regime de exceção para o arroz vendido ao funcionários do setor público)</p> <p>Alargar o papel do setor privado e coloca-lo em pé de igualdade com o setor público designadamente na comercialização agrícola.</p> <p>Prosseguir a reestruturação dos Armazéns do povo e da empresa Socomin.</p>	<p>Implementado em Junho de 1987, novo aumento de arroz em Setembro de 1987.</p> <p>Em curso de implementação</p> <p>Em curso de implementação, a Socomin será liquidada até ao fim de 1988.</p>
e) Regime Cambial	<p>Substituir os preços controlados por tarifas máximas e mínimas para os transportes públicos privados de pessoas e mercadorias.</p> <p>Simplificar o sistema de licenciamento.</p>	<p>Em Abril de 1987 foram aprovadas a revisão de tarifas máxima e mínima para os serviços de transportes privados de bens e pessoas entre as cidades.</p> <p>Implementada.</p>

ANEXOS:

ANEXO A - Quadro 28: Receitas e Despesas do Estado da Guiné-Bissau (janeiro-março/2015, em milhões)

DESIGNAÇÃO	Exec 2014	Prog. 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	17.021,60	27.678,80	19.833,90	16,5	71,7
Receitas Correntes	8.592,40	15.946,80	15.316,00	78,3	96
Receitas Tributárias	6.684,40	11.395,10	10.545,30	57,8	92,5
Impostos Diretos	1.644,10	3.665,20	2.772,30	68,6	75,6
Impostos Indiretos	5.040,30	7.729,90	7.773,00	54,2	100,6
Receitas não Tributárias	1.908,00	4.551,70	4.770,70	150	104,8
Txs. Mult. & Penalidades	986,7	890,1	1.818,20	84,3	204,3
Transferências	538,4	2.057,60	2.383,90	342,8	115,9
Vendas Bens & Serviços	380	604,1	568	49,5	94
Outras Rec. Correntes	2,9	1.000,00	0,6	-78	0,1
Donativos	8.429,20	11.732,00	4.517,90	-46,4	38,5
Donativos Internos	0	3.000,00	0	#DIV/0!	0
Donativos Externos	8.429,20	8.732,00	4.517,90	-46,4	51,7
Ajuda ao Projeto	6.129,20	4.345,00	4.517,90	-26,3	104
Ajudas à Balança de Pagamentos	2.300,00	4.387,00	0	-100	0
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	23.430,70	29.331,00	24.229,10	3,4	82,6
Despesas Correntes	12.385,10	18.600,00	18.503,10	49,4	99,5
Despesas com Pessoal	7.595,90	7.692,30	7.544,30	-0,7	98,1
Salário e Ordenado	7.595,90	7.692,30	7.544,30	-0,7	98,1
Aquisição Bens e Serviços	1.104,10	3.546,00	2.348,00	112,7	66,2
Transferências correntes	2.522,40	4.824,00	4.099,00	62,5	85
Outras Despesas Correntes	857,4	1.677,50	3.794,60	342,6	226,2
Juros da Dívida	305,2	860,3	717,1	135	83,4
Despesas correntes primárias	12.079,90	17.739,80	17.786,00	47,2	100,3
Despesas à Regularizar	210,1	0	671	219,4	
Desp. de Capital	10.835,60	10.731,00	5.055,10	-53,3	47,1
Desp. Capital (fin. Interno.)	665,2	1.086,00	358	-46,2	33

Desp. Capital (fin. Externo.)	10.170,40	9.645,00	4.697,10	-53,8	48,7
Despesas primárias	23.125,60	28.470,80	23.512,00	1,7	82,6
SALDO GLOBAL	-6.409,10	-1.652,20	-4.395,20	-31,4	266
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-2.157,80	647,8	-3.545,00	64,3	-
SALDO PRIMÁRIO	-3.487,50	-1.792,90	-2.470,00	-29,2	137,8
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-4.152,60	-2.878,90	-2.828,00	-31,9	98,2
Ajustamento base caixa	4.591,90	0	-744,3	-116,2	
Resto a Pagar	6.852,00	0	1.999,30	-70,8	
Pagamentos anos anteriores	-2.260,00	0	-2.743,60	21,4	
FINANCIAMENTO	2.355,00	10.855,80	7.998,30	239,6	73,7
Financiamento Interno	-1.540,50	6.250,00	8.309,20	-639,4	132,9
Financ. Bancário	-1.540,50	6.250,00	8.975,10	-682,6	143,6
Banco Central	-120,1	0	7.578,40	-6.410,10	
Δ depósito Estado+FMI	-120,1	0	7.578,40	-6.410,10	
Banco Comerciais	-1.420,40	6.250,00	1.396,70	-198,3	22,3
Depósitos nos Bancos	17,2	0	641,2	3.627,90	
Depósitos do tesouro	17,2	0	641,2	3.627,90	
Amort. Dos Bancos	0	0	-665,9		
Concours dos Bancos	-1.437,60	6.250,00	1.421,40	-198,9	22,7
Financ. não Bancário	0	0	-665,9		
Financiamento Externo	3.895,50	4.605,80	-311	-108	-6,8
Financ. aos Projetos	4.041,20	3.118,80	179,2	-95,6	5,7
Amort. Corr. Exigível	-145,7	1.487,00	-490,2	236,4	-33
GAP	537,8	9.203,60	2.858,80	431,6	31,1

Fonte: Dados do MF da Guiné-Bissau

ANEXO B - Quadro 29: Receitas Públicas da Guiné-Bissau (janeiro-março/2015, em milhões)

DESIGNAÇÃO	Exec 2014	Prog. 2015	Exec. 2015	V.H.	Tx Exec.
Receitas Tributárias	7.844.912	11.395.078	10.545.220	34,4	92,5
Impostos diretos	1.644.116	3.665.202	2.772.272	68,6	75,6
Impostos sobre o rendimento	1.545.302	3.526.471	2.692.726	74,3	76,4
Outros impostos diretos	98.814	138.731	79.546	-19,5	57,3
Impostos Indiretos	6.200.796	7.729.876	7.772.948	25,4	100,6
Impostos s/Transações Intern.	2.891.591	2.891.591	2.891.591	0	100
Impostos sobre o consumo (IEC)	352.446	912.642	832.624	136,2	91,2
Imposto Geral s/Vendas (IGV)	2.542.386	3.489.386	3.701.231	45,6	106,1
Outros impostos indiretos	414.373	436.257	347.502	-16,1	79,7
Receitas não Tributárias	1.907.982	4.551.737	4.765.874	149,8	104,7
Txs. Mult. & Penalidades	986.663	890.050	1.813.344	83,8	203,7
Taxas	979.454	777.550	1.808.182	84,6	232,5
Multas e penalidades	7.209	112.500	5.162	-28,4	4,6
Transferências	538.350	2.057.612	2.383.887	342,8	115,9
Administrações públicas	339.147	311.411	416.016	22,7	133,6
Exterior	199.203	1.746.201	1.967.871	887,9	112,7
Outros	0	0	0		
Venda de bens & Serviços	380.035	604.075	567.999	49,5	94
Venda de bens não duradouros	79	75	3	-96,8	3,3
Serviços	200.077	500.000	456.141	128	91,2
Venda do pescado	179.880	104.000	111.856	-37,8	107,6
Outras Rec. Corr. & Outas Rendas	2.933	1.000.000	644	-78	0,1

Fonte: Dados do MF da Guiné-Bissau

ANEXO C – Gráficos da Evolução e Projeção do PIB e PIB percapita da Guiné-Bissau

Figura 14: Gráfico da Evolução e Projeção do PIB da Guiné-Bissau (1980-2020)

Guiné-Bissau - Produto interno bruto (em mil milhões de dólares)



Fonte : FMI
Anos : 2015
Criação : Actualitix.com - Todos os direitos reservados



Figura 15: Gráfico da Evolução e Projeção do PIB percapita da Guiné-Bissau (1980 – 2020)

Guiné-Bissau - Produto interno bruto por habitante (dólares)



Fonte : FMI
Anos : 2015
Criação : Actualitix.com - Todos os direitos reservados



ANEXO D – **Figura 16:** Gráfico da Evolução e projeção da Taxa de Inflação da Guiné-Bissau

Guiné-Bissau - Inflação (%)



Fonte : FMI
Anos : 2015
Criação : Actualitix.com - Todos os direitos reservados

